

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL
- PLAGEDER**

LUCIA FIORAVANÇO PINTO FAVERO

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA AOS AGRICULTORES FAMILIARES
BENEFICIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMARGO-RS**

Camargo

2011

LUCIA FIORAVANÇO PINTO FAVERO

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA AOS AGRICULTORES FAMILIARES
BENEFICIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMARGO-RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Irio Luiz Conti

Coorientador: Vicente Rahn Medaglia

Camargo

2011

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA AOS AGRICULTORES FAMILIARES
BENEFICIADOS NO MUNICÍPIO DE CAMARGO-RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Porto Alegre, 19 de julho de 2011.

Prof. Me. Irio Luiz Conti -UFRGS

Profª. Dra. Tatiana Gerhardt - UFRGS

Prof. Dndo. Antônio João Ferreira de Lima - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus

Por proporcionar a possibilidade cognitiva, física e emocional.

Agradeço ao meu marido Nauber Vinícius Favero

Por ser companheiro, atencioso e paciente, quando a prioridade eram os estudos.

Agradeço à minha família, à minha mãe e à minha irmã,

Pela ajuda na busca de materiais, de referenciais e pelas sugestões.

Agradeço ainda à Assistente Social Fabiana Mafessôni Hoppe,

Por me sempre atender às minhas solicitações, esclarecendo dúvidas, acompanhando-me às residências dos beneficiários entrevistados.

Agradeço aos beneficiários entrevistados,

Que não se negaram em compartilhar comigo parte de sua vida, bem como suas principais características.

Agradeço ao orientador Irio Conti,

pela motivação, pelos ensinamentos e pelas críticas construtivas no tema.

Agradeço também aos professores e tutores que, não somente na realização desta pesquisa,

Mas em todas as outras disciplinas, orientaram, transmitiram conhecimento e experiências

E formaram a base crítica para a realização desta pesquisa.

Agradeço aos amigos, colegas da turma do Plageder,

Pela parceria, pelos bons momentos, pelo apoio e pelas dicas importantes, principalmente nesta reta final.

Finalmente agradeço aos amigos e colegas de trabalho,

Pela compreensão nos últimos momentos, pela preocupação demonstrada e muitas vezes pelas atitudes impulsivas, ou pela “meia-fase”.

RESUMO

O presente trabalho aborda o Programa Bolsa Família e suas contribuições para a segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiados do município de Camargo-RS. São abordados os conceitos de agricultura familiar, pobreza rural e segurança alimentar e nutricional. No município de Camargo-RS, o programa atende 16 famílias consideradas vulneráveis socialmente, que se enquadram nas condições impostas. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com as famílias rurais beneficiadas e para a tabulação dos dados utilizou-se a análise de conteúdo de forma a caracterizar as famílias, entender os hábitos alimentares e a contribuição do Programa Bolsa Família para a segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares de Camargo-RS. Os resultados são apresentados por meio de tabelas, figuras e transcrições dos relatos das famílias. Além de caracterizar as famílias beneficiadas, os alimentos produzidos, consumidos e adquiridos, são apresentadas as dificuldades de gestão do Programa, de cumprimento das condicionalidades e as perspectivas dos agricultores em relação ao PBF.

Palavras-chaves: Agricultura Familiar. Pobreza, Programa Bolsa Família. Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

This paper focuses on the Bolsa Família Program and its contributions to food security and nutritional benefit of family farmers in the municipality of Camargo-RS. Are discussed the concepts of family agriculture, rural poverty and food security and nutrition. In the city of Campbell-RS, the program serves 16 families considered socially vulnerable, who meet the conditions imposed. The survey was conducted through semi-structured interviews with rural households benefited and the tabulation of the data we used content analysis in order to characterize the families, understanding the contribution of diet and Family Grant Program for food security and nutrition family farmers, RS de Camargo. The results are presented in tables, figures and transcriptions of reports of families. In addition to characterizing the beneficiary families, the food produced, consumed and purchased presents the difficulties of managing the program of the conditionalities and the prospects of farmers in relation to the PBF.

Keywords: Family Farming. Poverty. Family Grant Program. Food Safety and Nutrition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Outros benefícios assistenciais recebidos pelos beneficiados do PBF de Camargo-2011.....	51
Figura 02 – Propriedade da terra dos beneficiados pelo PBF de Camargo-2011.....	55
Figura 03 – Tamanho das propriedades beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011.....	56
Figura 04 - Prioridades de gastos com o benefício pelas famílias de Camargo-2011.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Etnia ou raça das famílias rurais beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011	48
Tabela 02 – Caracterização das famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011.....	48
Tabela 03 – Cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011	52
Tabela 04 – Alimentos produzidos pelas famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011 .	57
Tabela 05 – Alimentos comprados pelas famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011 .	59
Tabela 06 – Variedade de alimentos servidos em cada refeição nas famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011	64
Tabela 07 – Alimentos mais consumidos pelas famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011.....	64
Tabela 08 – Qualidade dos alimentos consumidos sob a visão dos beneficiários do PBF de Camargo-2011	66
Tabela 09 – Qualidade de alimentos servidos sob a visão dos beneficiários do PBF de Camargo-2011.....	66

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC: Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico: Cadastro Único de Programas Sociais

CEF: Caixa Econômica Federal

CONSEA: Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

DHAA: Direito Humano à Alimentação Adequada

FAO: Food and Agriculture Organization

FEE: Fundação de Economia e Estatística

IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IDESE: Índice de desenvolvimento Sócio-Econômico

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

LOSAN: Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

OASF: Orientação e Apoio Sócio Familiar

PBF: Programa Bolsa Família

PIB: Produto Interno Bruto

PIM: Primeira Infância Melhor

PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

SAN: Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISVAN: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA	14
2 AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL..	16
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR	16
2.1.1 Pobreza rural.....	23
2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	28
2.3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	33
2.4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	38
3 METODOLOGIA.....	41
4 CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS	44
4.1 ANÁLISE DAS AÇÕES E PROGRAMAS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM CAMARGO	44
4.2 CONTRIBUIÇÕES DO PBF PARA A SAN DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS	47
4.2.1 Perfil das famílias beneficiadas pelo PBF e características rurais de Camargo	48
4.2.2 Cumprimento das condicionantes pelas famílias beneficiadas pelo PBF.....	52
4.2.3 Contribuições do PBF às famílias beneficiadas	55
4.2.4 Contribuição do PBF ao modo de vida da família	61
4.2.5 Alimentação das famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-RS.....	64
4.2.6 Mudanças na vida com o benefício do PBF	67
4.3 DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DO PBF NO MUNICÍPIO DE CAMARGO-RS.	69
4.3.1 Fiscalização das condicionalidades	70
4.3.2 Perspectivas das famílias em relação ao PBF.....	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
APENDICE A - Roteiro de entrevista com o gestor público	82
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com a nutricionista.....	83
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com os agricultores beneficiários do PBF.....	84

1 INTRODUÇÃO

A construção do conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) no Brasil mobiliza há mais de duas décadas, organizações, movimentos sociais, governos e outros atores sociais. Conforme o Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA), desde a primeira metade do século XX, o país avança na construção de ações com reflexos nas condições de alimentação e nutrição como a instituição do salário mínimo em 1940, programas de abastecimento, alimentação escolar e programas de suplementação alimentar nos anos 1970. A hegemonia neoliberal, durante a década de 1990 levou a retrocessos nas políticas sociais e em parte dos programas de alimentação e nutrição. Como resposta a este retrocesso, a mobilização social surge como indutora do enfrentamento da fome, e o tema se tornou referência na agenda política nacional com a apropriação da proposta de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional (FAO, 2011).

A opção dos últimos governos por programas massivos e com expressão orçamentária, como ocorreu com o Programa Bolsa Família, desencadeou reação dos interesses das elites, procurando caracterizá-los como gastos excessivos, geradores de acomodação e sem capacidade de superação da pobreza. Todavia, embora com resultados alcançados, as críticas permanecem, o que deixa evidente a confrontação entre duas posições: a que chama ao Estado sua responsabilidade em intervir na busca da garantia do direito humano à alimentação e a que sustenta que o setor da alimentação deve ser regido pelo princípio do livre mercado (FAO, 2011).

A presente pesquisa aborda o funcionamento do Programa Bolsa Família (PBF) em relação à segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiados por este programa no município de Camargo-RS. Por meio de entrevistas com os atores envolvidos no PBF será apresentada a caracterização do programa e como ele auxilia na obtenção de SAN pelos agricultores familiares do município de Camargo-RS.

De acordo com Maluf (2010), para o entendimento da SAN é necessário considerar as políticas públicas, orientadas por direitos humanos de acesso à alimentação e à soberania alimentar. Ainda conforme Maluf (2010), a agricultura familiar é fundamental nas políticas de abastecimento de alimentos, uma vez que representa a ocupação socialmente equitativa do espaço agrário, favorecendo a valorização das dimensões social, ambiental e cultural da

produção agroalimentar.

Conforme Conti (2006) cerca de 85% da produção de alimentos da cesta básica é proveniente da agricultura familiar. Segundo o autor, a agricultura familiar gera mais renda por hectare e emprego do que a agricultura patronal, caracterizando-se assim, como um modelo de desenvolvimento que enfrenta a pobreza e a desigualdade social. Isto, apesar de historicamente enfrentar problemas de oportunidades desiguais de acesso, exploração da terra e de apropriação dos frutos de seu trabalho (DELGADO, 2004 *apud* MALUF, 2010).

De acordo com dados apresentados por Rocha (1997) e Veiga (2000) *apud* Schneider (2011), a proporção de pobres em áreas metropolitanas, urbanas e rurais na região Sul na década de 1990 era de 17,6% nas metrópoles, 16,9% nas áreas urbanas e 28,6% na área rural. Observa-se que entre 1990 e 1995, houve uma pequena diminuição da participação do meio rural, que passou de 29,10% para 23,95% na contribuição que representa as áreas rurais no total de pessoas pobres.

De acordo com estatísticas divulgadas pelo IBGE através da PNAD, em 2003, o Brasil contava com cerca de 40 milhões de pessoas (22,7% da população) com renda domiciliar per capita inferior a U\$ 1,00 – denominados pelo Banco Mundial como extremamente pobres. Considerando apenas o meio rural, este número era de aproximadamente 12 milhões de pessoas, que representa 44,8% da população rural brasileira. Some-se a estes dados referentes à pobreza, os elevados indicadores de concentração de renda que o Brasil apresenta – também extraídos da PNAD. Ainda em 2003, os 10% mais pobres se apropriavam de menos de 1% do total da renda nacional, enquanto que os 10% mais ricos respondiam por 46,7% da renda.

É importante destacar que estes indicadores vêm apresentando relativa melhora nos últimos anos, sendo registrada queda na pobreza extrema e diminuição na concentração de renda (MATTOS E WAQUIL, 2008). Neste sentido, no lançamento do Plano Brasil Sem Miséria¹ que dá sequência nos programas sociais. Nos últimos anos, o governo do Brasil se aproximou da população mais pobre. Por meio de diferentes ações, o IBGE aponta que 28 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta e 36 milhões entraram na classe média.

¹ O Plano Brasil Sem Miséria foi criado para identificar e inscrever pessoas que precisam e ainda não recebem o Bolsa Família. Para isso, utiliza uma nova estratégia, chamada "Busca Ativa", que está elaborando o mais completo Mapa da Pobreza no país. Visa atingir pessoas tão desamparadas que não conseguiram se inscrever em programas sociais, acessar a serviços essenciais como água, luz, educação, saúde e moradia. Para os que já recebem o benefício, o plano pretende ajudar a buscar outras formas de renda e melhorar suas condições de vida. No campo encontram-se 47% do público do plano. A prioridade é aumentar a produção do agricultor através de orientação e acompanhamento técnico, oferta de insumos e água (BRASIL, 2011).

Apesar de todos os esforços, 16 milhões de pessoas ainda permanecem na pobreza extrema (BRASIL, 2011).

Estudos que trabalham com esta perspectiva de avaliar pobreza com base na renda, afirmam que existe uma forte disparidade entre os meios rural e urbano. O *Rural Poverty Report 2001*, desenvolvido pelo FIDA (*International Fund for Agricultural Development*) mostrou que existiam no mundo, na época, 1,2 bilhão de pessoas em condição de extrema pobreza. Deste total, em torno de 75% trabalhava e residia em áreas rurais. Evidências para o Brasil podem ser encontradas em trabalhos como Barros, Henriques e Mendonça (2000), Côrrea (1998) e Kagetama e Hoffman (2000) demonstrando que a pobreza rural é relativamente maior e mais severa nas áreas rurais (MATTOS E WAQUIL, 2008). Atualmente, conforme os dados apresentados pela FAO (2011) a maior exposição à pobreza ainda é encontrada no meio rural, apesar de o número geral de expostos à extrema pobreza ter reduzido para 915 milhões.

Neste sentido, os programas sociais tornam-se fundamentais para colaborar com a redução dos níveis de pobreza. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome (MDS, 2011). Atualmente, o Bolsa Família atende mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. De acordo com o Relatório Nacional de Acompanhamento (IPEA, 2010), de 1990 a 2008, enquanto a população brasileira cresceu de 141,6 para 186,9 milhões, a população extremamente pobre decresceu de 36,2 para 8,9 milhões de pessoas demonstrando a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza.

De acordo com o MDS (2011), o Programa Bolsa Família possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. E os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, para que os beneficiários superem a situação de vulnerabilidade (MDS, 2011).

1.1 IDENTIFICAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO PROBLEMA

Nos dois últimos anos, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), o número de pessoas famintas no mundo saltou de 853 milhões para 960 milhões (FAO, 2011). Por se tratar de uma crise estrutural, estima-se a necessidade de no mínimo 10 a 15 anos para alterar este quadro, por meio de pesados investimentos na produção e distribuição de alimentos (CONTI, 2011).

De acordo com Conti (2011), o sistema de produção de alimentos no mundo é dependente de insumos industriais, o que fortaleceu a concentração da terra, do capital e da renda, marginalizando a produção de alimentos dos agricultores familiares. Este modelo estimula a monocultura, compromete a biodiversidade, gera degradação e reduz o potencial de produção de alimentos com culturas locais. Desta forma, a fome tornou-se uma nova fonte de lucros do capital, que aumentam na mesma proporção que a fome mundial.

Assim sendo, para enfrentar as crises mundiais deve-se inverter o modelo de desenvolvimento, por meio do desenvolvimento sustentável, que tem como base: a segurança e a soberania alimentar; o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa; o Estado como promotor e regulador das relações econômicas, o mercado com papel secundário no abastecimento alimentar e; a adoção de um conjunto de políticas públicas que estimulem a produção em vista da segurança e da soberania alimentar na perspectiva da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). E para que isso ocorra, é necessário que os Estados intervenham no planejamento, fiscalização e controle da produção e da distribuição de alimentos, a fim de proteger das especulações financeiras, combater os monopólios dos grandes grupos econômicos e garantir para cada país, o direito à sua soberania alimentar (CONTI, 2011).

Atualmente, o Programa Bolsa Família beneficia cerca de 12 milhões de famílias pobres e extremamente pobres. Isso corresponde a aproximadamente 48 milhões de pessoas que representam 30% da população em todos os municípios brasileiros (IBGE, 2011). Segundo Farid (ISTOE, 2011), embora o acesso das famílias brasileiras à comida tenha aumentado consideravelmente nos últimos sete anos, 35,5% delas ainda vivem em situação de insuficiência da quantidade de alimentos consumidos de acordo com Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009. Entretanto, a pesquisa também demonstra que os números

mantêm-se em queda. O Norte ainda apresenta a maior incidência dos que não consomem que necessitam.

De acordo com Schneider *apud* MDS (2011), o PBF é um dos fatores que contribuiu para a melhoria da renda de pequenos agricultores. Para ele, embora o PBF tenha sido desenhado para o combate à pobreza e à iniquidade social, é nas áreas rurais que seus impactos são mais notáveis, uma vez que parcela significativa das famílias em condição de indigência está na zona rural (MDS, 2011). As políticas públicas, como o Programa Bolsa Família, auxiliam na transferência de renda para a população pobre e extremamente pobre. O orçamento do PBF foi significativamente ampliado de R\$ 3,2 bilhões para R\$ 12 bilhões no período de 2003 a 2009 (IBGE, 2011).

Por meio do conhecimento científico busca-se apontar contribuições para o entendimento dos processos sociais e econômicos que causam a disparidade e a supressão, bem como apontar táticas potenciais que possam auxiliar os planejadores a interferir sobre essa realidade. Neste sentido, conforme dados coletados na Secretaria de Saúde do município de Camargo juntamente com a assistente social, no mês de março de 2011, dezesseis (16) famílias rurais foram beneficiadas com o Programa Bolsa Família. Estas famílias beneficiadas formam a população da presente pesquisa. Apesar do número não parecer relevante, corresponde a 3,34% das famílias rurais do município de Camargo-RS.

Dessa forma, na presente pesquisa busca-se analisar as famílias beneficiárias do PBF, por meio do entendimento do funcionamento do Programa Bolsa Família em relação à segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiados no município de Camargo-RS.

1.2 OBJETIVOS DE PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa definiu-se o seguinte objetivo geral: Analisar o funcionamento do Programa Bolsa Família em relação à segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiados por este programa no município de Camargo-RS. E para

concretizar melhor esta pesquisa em sua realidade foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar as ações e programas públicos de segurança alimentar e nutricional desenvolvidos no município de Camargo.
- b) Estudar as contribuições do Programa Bolsa Família para a segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiados por este Programa.
- c) Compreender as dificuldades e lacunas na implantação e viabilização do Programa Bolsa Família no município de Camargo-RS.

A presente pesquisa está estruturada em diversos capítulos. No primeiro capítulo se faz uma introdução geral com os objetivos da pesquisa e traz-se elementos que ajudam a problematizar o contexto da pesquisa na agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional. No segundo capítulo faz-se uma abordagem sobre o contexto de Camargo e a localização do Programa Bolsa Família, apresentando os principais conceitos de agricultura familiar e SAN, pobreza rural e políticas públicas de SAN. O terceiro capítulo aborda a metodologia como a pesquisa foi desenvolvida, bem como a amostragem da população da pesquisa e as técnicas de análise dos dados que foram usadas. No quarto capítulo foram discutidos e apresentados os resultados da pesquisa, bem como caracterizados os beneficiados, suas propriedades, hábitos alimentares, prioridades de gastos e perspectivas em relação ao PBF. Já no último capítulo, são apresentadas as considerações finais formadas após a pesquisa realizada.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Este capítulo revisa os principais conceitos de agricultura familiar e SAN, bem como pobreza rural e políticas públicas de maior interferência nas populações carentes do meio rural. Neste sentido, estará sendo estudado o Programa Bolsa Família (PBF), com foco nas famílias rurais atendidas e nas alterações que o programa proporciona.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com Dados do Censo Agropecuário IBGE 1995-2006 (IBGE, 2011), existem no Brasil 5.204.130 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 354,8 milhões de hectares. No Rio Grande do Sul são 378.546 estabelecimentos ocupando uma área de 6.171.622 hectares. Wanderley (1995) afirma que “a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira”. Mesmo assim, a agricultura familiar corresponde a mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil, sendo responsável pela maior parte da produção de alimentos, utilização dos recursos produtivos de forma mais eficiente que os patronais e empregando mais do que os patronais (BUAINAIN *et al*, 2011).

De acordo com Toscano (2003), a agricultura familiar registrou um grande aumento de produtividade no campo. Segundo ele, entre 1989 e 1999, a produção agrícola familiar aumentou cerca de 3,8% ao ano, mesmo em condições adversas para o setor, quando sofreu queda nos preços recebidos. Apesar dos resultados positivos alcançados, a agricultura familiar tem um histórico de baixa cobertura de crédito rural. Aproximadamente 23% dos estabelecimentos familiares rurais acessaram financiamentos de 2000 a 2003, apesar do esforço do Governo Federal através da oferta de crédito rural pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF².

² PRONAF - financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. As condições de acesso ao Pronaf, formas de pagamento e taxas de juros correspondentes a cada linha são definidas, anualmente, a cada Plano Safra da Agricultura Familiar, e para o período 2010/2011 terá R\$ 16 bilhões para as linhas de custeio, investimento e comercialização. Deste total, R\$ 8,5 bilhões serão destinados para operações de investimento e R\$ 7,5 bilhões, para operações de custeio (MDA, 2011).

De acordo com Gazolla (2004), a agricultura familiar pode ser estudada por dois ângulos. Por um lado, consideram-se a família, a unidade de produção e o grupo doméstico, de forma a situar e entender as estratégias, escolhas e mediações utilizadas pelo grupo a fim de se reproduzir social e economicamente no ciclo evolutivo da família. Por este ângulo, acredita-se que a agricultura familiar possui certas características que lhes patrocinam uma determinada autonomia frente ao contexto social e econômico como: posse dos meios de produção, posse do objeto de trabalho (a terra), organização familiar baseada no trabalho de parentes, entre outros. Sendo assim, a agricultura familiar é uma forma de produção quando confrontada com o contexto social e econômico em que está inserida. Por outro lado, pode-se dizer que a agricultura familiar é determinada em níveis diferenciados pelo modo de produção capitalista em que está inserida e ao qual se subordina enquanto forma de produção e de trabalho. Além de sua lógica reprodutiva interna, a agricultura familiar depende das políticas econômicas, das decisões, dos agentes e instituições que medeiam e impõem sua vontade na sociedade em geral (GAZOLLA, 2004).

Para Conterato (2008), a outorga ao agricultor familiar de decidir, baseando-se nos recursos disponíveis, o que melhor lhe convir é uma das principais ferramentas na construção do desenvolvimento rural. Isso porque a capacidade de resposta frente a determinadas situações é que subsidia as discussões recentes sobre a reprodução social da agricultura familiar e o seu papel no desenvolvimento rural. Deste modo, como formulou Almeida (1986), a família se autoproduz no sentido de que esta cria e gera novas estratégias de ação e de reprodução quando confrontada com condições adversas para continuar afirmando-se e reproduzindo-se socialmente.

Concordando com Silva (2001), Conterato (2008, p. 48) afirma ainda, que “a *performance* da agricultura familiar no Brasil depende tanto dos mercados de produtos, como das condições do mercado de trabalho”. Neste sentido, afirma que as estratégias e os estilos de agricultura familiar tendem a variar tanto em intensidade quanto em formato, pois os produtos e o trabalho possuem variações e diversidades territoriais tão heterogêneas quanto às dinâmicas de desenvolvimento rural. Na mesma direção Buainain *et al* (2011), afirma que a heterogeneidade da agricultura familiar ocorre tanto em termos de disponibilidade de recursos quanto ao acesso ao mercado, à capacidade de geração de renda e à acumulação. Segundo eles, enquanto uma parte dos estabelecimentos gera um nível de renda sustentável, outra parte enfrenta crescentes dificuldades associadas à falta de recursos, como terra e capital.

Geralmente os sistemas utilizados pela agricultura familiar integram a policultura-pecuária, com uma grande diversidade de culturas e criação de animais, e são capazes de transformar as propriedades e implantar uma organização social adaptada ao setor agrícola (WANDERLEY, 1995). Ainda conforme Buainain *et al* (2011) excluindo-se as atividades de subsistência, a sustentabilidade das pequenas propriedades é crescentemente condicionada pela inserção em determinadas cadeias produtivas, pela localização econômica e pelo grau de capitalização.

Os principais problemas da agricultura familiar estão associados à disponibilidade de capital de giro e recursos para investimentos (BUAINAIN *et al*, 2011). Complementam ainda informando que mesmo contrariando algumas divulgações, parte da agricultura familiar maneja sistemas produtivos modernos que utilizam intensivamente os insumos adquiridos no mercado e carregam custos elevados de manutenção/depreciação de equipamentos/instalações. Ainda para Buainain *et al* (2011), independentemente da potencialidade dos sistemas adotados e do conjunto de recursos disponíveis para uma unidade viável, cria-se um círculo vicioso de reprodução da pobreza: renda insuficiente pelo baixo nível de capitalização, incapacidade de acumulação e empobrecimento.

Segundo Buainain *et al* (2011), grande parte dos produtores necessita de recursos de terceiros para operar suas unidades de maneira mais eficaz, rentável e sustentável. A ausência de recursos, pela insuficiência da oferta de crédito ou pelas condições contratuais inadequadas, impõe sérias restrições ao funcionamento da agricultura familiar mais moderna e, sua capacidade de manter-se competitiva em um mercado cada vez mais agressivo e exigente. Trata-se de sistemas inseridos em mercados altamente competitivos e dinâmicos, que exigem dos produtores um processo quase contínuo de atualização, adaptação e, até mesmo, de mudanças mais.

Conforme Gazolla (2004), o processo de modernização da agricultura, através da especialização produtiva, fragilizou o autoconsumo entre os agricultores familiares. Este processo de transformações técnico-produtivas fez com que o agricultor familiar modificasse a sua lógica de reprodução social, no sentido de que este passou a desenvolver sistemas produtivos altamente específicos, como no caso da soja, do milho, do trigo, do fumo e da integração aos complexos agroindustriais. Isso decorre do privilégio às atividades produtivas rentáveis e mercantis, em detrimento da produção para o autoconsumo, que não gera renda

monetária perceptível aos agricultores. Neste sentido, Grisa (2007) afirma que o tempo de trabalho, a mão-de-obra disponível e os recursos produtivos passam a ser organizados em função dos cultivos comerciais que prevalecem no espaço até então destinado ao autoconsumo, condicionando-o a uma função de complementariedade. Além disso, a facilidade e a disponibilidade variada de alimentos nos supermercados são fatores que potencializam esta reorganização produtiva da unidade familiar.

Ao contrário do que foi proposto pela Revolução Verde³, Conterato (2008) alerta que o referido modelo agrícola possui cada vez menos capacidade de sustentar o argumento de que o desenvolvimento rural viria pelo aumento da renda agrícola e, conseqüentemente, condicionaria a melhoria das condições de vida dos agricultores. O enfrentamento do ambiente hostil criado pelo aprofundamento da liberalização e globalização do mercado mundial de produtos agropecuários demonstra que o desenvolvimento agrícola não necessariamente leva ao desenvolvimento rural. Ainda conforme Conterato (2008), em regiões onde o padrão tecnológico dominante está associado às práticas tecnológicas modernizantes, ainda observa-se a continuidade do despovoamento do meio rural e redução do valor agregado gerado na agricultura.

A agricultura familiar em pequenas propriedades se desenvolveu no Rio Grande do Sul, a partir da vinda dos imigrantes europeus não ibéricos em 1824 até aproximadamente a década de 60 do século XX. Ocorreu por meio de um conjunto de práticas e técnicas, praticamente inalteradas por todo esse período, ao qual se denomina sistema agrário colonial. A imigração europeia introduziu um sistema agrário novo, com características diferenciadas das produções agrícola anteriores. Esses imigrantes vinham com o objetivo de colonizar as áreas de floresta situadas ao norte, produzindo os alimentos necessários à população já residente no Estado (MERTZ, 2004).

Pretendia-se que esses agricultores introduzissem as técnicas modernas de cultivo que

³ Expressão surgida em 1966, em Washington, - embora o processo de modernização que a desencadeou tenha ocorrido ainda no final da década de 40 - fundamentada nos processos de transformação tecnológica e formação dos complexos agroindustriais; utilizando um discurso ideológico de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome mundial, o grupo Rockefeller expandiu seu mercado consumidor, fortalecendo a corporação, o processo de modernização no campo alterou a estrutura agrária, pequenos produtores que não conseguiram se adaptar às novas técnicas de produção, não atingiram produtividade suficiente para se manter na atividade, muitos se endividaram devido a empréstimos bancários, tendo como única forma de pagamento da dívida a venda da propriedade para outros produtores (HENRIQUES, 2009).

eram praticadas na Europa, onde a primeira revolução agrícola havia ocorrido e trazido aumento na produtividade agrícola. Porém, pelas condições climáticas, sistemas agroecológicos diferentes, condições impostas pelo Estado aos imigrantes em relação à proibição do uso de mão-de-obra escrava, em 1950 os pequenos agricultores preparavam a terra da mesma forma que os primeiros agricultores. Ainda conforme Mertz (2004) esse sistema de cultivo causava desgaste no solo, promovia rendimentos decrescentes, empobrecia o pequeno agricultor; mesmo que ainda produzisse para manutenção da família. Assim sendo, quando ocorreu o processo de modernização da agricultura no Estado, na década de 60, o sistema agrário colonial já se encontrava em crise. A região norte do Estado com boa parte das pequenas propriedades familiares encontrou entraves para a adaptação, o que auxilia no entendimento dos altos níveis de pobreza rural verificados na região.

A produção familiar em sistemas coloniais, maioria dos estabelecimentos agrícolas do Estado do RS, baseava-se na reprodução da família com a produção da sua alimentação através do autoprovisionamento⁴. Não que estes não produzissem excedentes, como formulou Wolf (1976) *apud* Gazolla (2004), contudo a produção era voltada, para suprir as necessidades da família, apesar de não se restringir somente a isso. Os colonos eram responsáveis pela geração de excedentes produtivos como o suíno, o milho e a banha, que em muitos casos eram comercializados nas pequenas vilas, casas rurais de comércio, armazéns de secos e molhados. Neste sentido, os colonos possuíam vários vínculos mercantis com a sociedade que os envolvia, não comprometendo a sua autonomia e não solapando sua reprodução social. Na maioria das vezes, a comercialização era baseada na personificação das relações sociais de pessoa a pessoa como no caso dos vizinhos, comerciantes locais e parentes (GAZOLLA, 2004).

Para Toscano (2003) necessita-se fortalecer e estimular a agricultura familiar com o objetivo de superar o padrão de carência existente no meio rural brasileiro. Dessa forma, é impossível considerar um projeto nacional de crescimento sustentável, levando em conta não só o enorme potencial da agricultura familiar pela sua expressão econômica, mas também por

⁴ Conforme Gazolla (2004) o autoprovisionamento é uma característica genuína da agricultura familiar, sendo muito mais do que uma simples produção para a alimentação da família, pois guarda uma série de construções simbólicas, culturais, com ligações ao modo de vida e ao saber fazer típicos das comunidades rurais. De acordo com Ellis (2000) *apud* Gazolla (2004), também possibilita a geração de estratégias de vivências diversificadas na unidade de produção, uma vez que a partir da garantia do mínimo calórico, o agricultor familiar e sua família vão gerar outras formas de reprodução social.

sua dimensão sócio-cultural e ambiental, com a ampliação da Extensão Rural e da Assistência Técnica. A pesquisa agrícola deve atentar para as necessidades dos agricultores e da agricultura familiar, estabelecendo um seguro agrícola que garanta a renda dos agricultores; o crédito rural do PRONAF deve considerar de forma mais efetiva as questões do desenvolvimento regional e territorial.

Assim, de acordo com Buainain *et al* (2011), o grande desafio é apoiar a agricultura familiar para que a mesma possa responder e adequar-se, de forma consistente, às mudanças do contexto econômico e institucional. Isso porque a instabilidade dos mercados e dos preços à nível do produtor são pontos de estrangulamento, em particular os sistemas que exigem investimento, uma vez que existe desvantagem da agricultura familiar na concorrência com produtos importados e/ou de grandes produtores. Entre os agricultores familiares descapitalizados são frequentes os casos de renda monetária agrícola negativa. Como apresentado por Ellis (1998, 2000) *apud* Grisa (2007), existe forte presença de rendas monetárias externas, representando até 80% da renda monetária total da família. Essas rendas são oriundas principalmente de aposentadorias, pensões, serviços públicos (servente de escola, professora).

Segundo José Eli da Veiga *apud* Buainain *et al* (2010) é necessário formular políticas de desenvolvimento rural integrado contemplando os diversos aspectos das políticas agrárias e agrícolas para o fortalecimento da agricultura familiar e das políticas de geração de novas oportunidades de empregos rurais não-agrícolas e venda de mão-de-obra em atividades agrícolas. Assim, a agricultura familiar precisa passar por mudanças que contribuam para a eliminação da pobreza, dando suporte a um processo de redistribuição dinâmica da renda e de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar.

Neste sentido Schneider (2001) distingue as famílias pluriativas e das famílias de agricultores (não pluriativas) observando o tipo de atividades que exercem os indivíduos membros das famílias rurais. Conforme ele é pluriativa a família que, pelo menos um de seus membros, estiver ocupado em atividade não que não seja diretamente ligada à agricultura. Em razão da grande variedade de atividades existentes no meio rural, a distinção entre o que é agrícola e não agrícola muitas vezes é tênue e/ou controvertida. No entanto, considera-se atividades não agrícolas aquelas que *não* implicam o envolvimento direto nos processos de cultivo da terra e manejo de animais.

Conterato (2008) demonstra que as novas interpretações do desenvolvimento rural partem da superação do paradigma do desenvolvimento agrícola como forma única. Devido a isso, não deixa de ser surpreendente a velocidade com que a afirmação de que é preciso repensar o modelo de desenvolvimento atualmente vigente para inúmeras regiões rurais está ganhando mais concordantes. Dessa forma, percebe-se a necessidade de reorientar as formas de intervenção do Estado para que as políticas públicas não sejam exclusivamente de caráter produtivista, principalmente a de base familiar, reduzindo a capacidade de produzir alimentos em abundância e a baixos preços.

Toscano (2003) ressalta ainda que todos os países desenvolvidos têm na agricultura familiar o sustento do dinamismo econômico e da distribuição saudável da riqueza nacional. Todos eles, em algum momento da história, promoveram a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar, pois o bom desempenho e o fortalecimento desta estão associados à dependência da capacidade de articulação dos diversos atores sociais envolvidos. A concentração geográfica de agricultores familiares é importante para o desenvolvimento das associações e dos elementos culturais, que são característicos das comunidades nas quais a presença desses agricultores é numericamente relevante.

O desenvolvimento da agricultura familiar moderna requer o apoio de um conjunto de serviços técnicos especializados, além de equipamentos apropriados à sua escala e sistemas de produção. O que se quer dizer é que o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar deve ter como ponto de partida uma massa crítica de unidades familiares concentradas geograficamente (BUAINAIN *et al*, 2011).

Assim sendo, é necessária uma série ampla e diversa de políticas com o objetivo de fortalecer e estimular o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Pode-se considerar, que os principais condicionantes do desenvolvimento rural são: os incentivos que os produtores têm para investir e produzir; a disponibilidade de recursos, particularmente terras, água, mão-de-obra, capital e tecnologia que determinam o potencial de produção; o acesso aos mercados, insumos, informações e serviços que influem de forma decisiva na capacidade efetiva de produção; e as instituições, que influenciam as decisões dos agentes e inclusive sua capacidade, possibilidade e disposição para produzir (BUAINAIN, 2011).

Ainda, as concepções de desenvolvimento sustentável consideram aspectos econômicos, sociais e ambientais, preservando os recursos naturais. Nesse processo é

fundamental a diversidade, a cultura, a participação nas definições de políticas, a revisão do consumo em todas as nações e a harmonização entre economia e ecologia. Menegetti (2009) afirma que pelas particularidades da agricultura familiar, esta se destaca por equilibrar parâmetros sociais, econômicos e ambientais. Isso, por que é orientada a atender as necessidades das famílias e manutenção do potencial produtivo da terra (patrimônio), por valorizar a diversidade, policultivo, criações, pelo cuidado técnico no manejo, pela simbiose com a terra, distribuindo de forma mais adequada à exploração territorial e finalmente por favorecer o planejamento, desenvolvimento local e a gestão coletiva dos recursos naturais.

No Brasil existem conflitos na área ambiental, principalmente entre os modelos da agricultura familiar e do agronegócio. Essa tensão reflete distintas formas de como se percebe o desenvolvimento (FAO, 2011). Jollivet (1994) *apud* Villaberde (2004) analisa o contexto dos agricultores que se confrontam com as exigências ambientais, com as crescentes dificuldades econômicas devido à internacionalização dos mercados e à maior exposição às leis de mercado. Dentre as abordagens da temática ambiental na agricultura, a proposta agroecológica provavelmente é a mais difundida. Conforme Altieri (1999) *apud* Villaberde (2004) a agricultura sustentável é uma agenda de desenvolvimento com uma série de objetivos e não um sistema de produção.

Esta nova visão da tecnologia agrícola e a concepção de desenvolvimento subjacente, de acordo com Villaberde (2004) se adaptam muito bem à agricultura familiar, especialmente aquela que mantém maior diversificação, utiliza tecnologias de baixos insumos e tem um elevado grau de conhecimento das condições locais. Neste sentido, Altieri (1999) *apud* Villaberde (2004), complementa que entre os objetivos destacam-se os relacionados com a diminuição da pobreza e aumento da segurança alimentar, ainda que não signifique trabalho em grande escala.

2.1.1 Pobreza rural

Conforme Schneider e Fialho (2000), a pobreza rural relaciona-se com a Revolução Verde, que embora tenha oferecido tecnologias para atingir maior eficiência na produção agrícola não solucionou vários problemas sociais, como é o caso da fome mundial. Além

disso, provocou a expulsão do pequeno produtor de sua propriedade trazendo efeitos em decorrência dessas mudanças como a concentração da renda rural, o aumento das desigualdades e da exclusão no campo.

Neste mesmo sentido, Graziano da Silva (1995) *apud* Schneider e Fialho (2000) busca avançar sobre o que chama de "barrados do baile", ou seja, a massa de pobres e excluídos produzidas pelas profundas transformações sofridas pela agricultura brasileira nas últimas décadas. Graziano da Silva (1995) *apud* Schneider e Fialho (2000) defende que a verificação da pobreza no meio rural deve ser estudada a partir das transformações estruturais que atingiram a agricultura e as populações rurais no período recente, os quais são decorrentes, em larga medida, do processo desigual e excludente que assumiu o desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

De acordo com Janvry e Saudolet (2001) *apud* Mattos (2011) a pobreza é multidimensional, não se agregando exclusivamente a renda, mas a muitos outros subsídios, em especial às frágeis condições de saúde e educação. Echeverria (2000) *apud* Mattos (2011) relaciona determinadas facetas que considera essenciais ao avaliar a pobreza rural, tais como: nutrição insuficiente, problemas de saúde e educação deficiente, oportunidades escassas de emprego nas atividades agrícolas e não agrícolas, e o baixo grau de organização para promover efetivamente os interesses rurais.

A contemporânea situação da agricultura se explana no empobrecimento da população rural dessas áreas, sobretudo no que concerne à alteração da composição das rendas dessas famílias, que dependem expressivamente das atividades agrícolas. Schneider e Fialho (2000) esclarecem que embora sejam pequenos proprietários e de tenham baixos níveis de renda monetária, possuem acesso razoável à alimentação e à escola, diminuindo a intensidade da condição de pobreza em que se encontram.

Conforme Mattos (2011), a fundamental questão está alistada à triagem de um critério para individualizar a linha de pobreza a ser adotada, que pode ser: necessidades básicas, calorias mínimas, salários mínimos, entre outros. Ainda segundo ele, a abordagem monetária promove a comparação internacional e inter-regional, por ser fundamentado na renda e expõe fragilidade quanto aos fundamentos teóricos. Observando as linhas de pobreza mais difundidas, de acordo com Mattos (2011), destaca-se a que considera a renda e são relativas aos salários mínimos e U\$\$/dia. Seguindo esse critério observa-se um nível de renda mínima

capaz de atender determinadas necessidades básicas, incluindo alimentação, educação, vestuário e lazer. Considerando a linha U\$\$/dia, sugere-se a utilização de renda mínima para atender as mesmas necessidades, porém transformando os valores disponíveis por dia: U\$\$ 1,00/dia para escapar da pobreza extrema e U\$\$ 2,00/dia para escapar da pobreza. Conforme Mattos (2011) estas linhas são muito usadas em estudos acadêmicos por alguns autores como Rocha (2001), Waquil e Mattos (2003) e Côrrea (1998).

No Rio Grande do Sul, segundo estudo da Fundação de Economia e Estatística (FEE), existe uma conexão entre o agrupamento da terra e os baixos níveis de desenvolvimento social, pode-se assegurar que a pobreza gaúcha é mais intensa e severa nas regiões onde há maior concentração fundiária. Embora os dados do estudo da FEE não permitam uma desagregação por tipo de domicílio, rural ou urbano, infligindo limites à análise da pobreza rural, é admissível afirmar que, além de haver esta conexão, é verdadeira também a ligação ao tipo de atividade econômica predominante nessas áreas, à agropecuária. Logo, os baixos indicadores de desenvolvimento social aludem que a pobreza gaúcha é mais intensa nas áreas de maior concentração fundiária e onde prevalece a agropecuária como atividade econômica basal da população (SCHNEIDER E FIALHO, 2000).

Schneider e Fialho (2000) afirmam que existem dois tipos de pobreza rural no Rio Grande do Sul. A primeira nomeada de histórico-estrutural é mais intensa e está relacionada à concentração fundiária e às formas de ocupação em que prevalece o assalariamento. Segundo eles, esse tipo de pobreza reúne os piores índices de desenvolvimento social e de qualidade de vida do Estado. O segundo tipo, nomeado de pobreza colonial, é caracterizado pela não produção de renda suficiente para o agricultor. Ocorre mesmo que esta permita o acesso aos bens, aos serviços e alimentos, que obtém com seu trabalho em sua pequena propriedade de terra e que minimizam sua carência social.

Em relação à pobreza histórico-cultural, Bakos (1982) e Cardoso (1977) *apud* Schneider e Fialho (2000) salientam a seriedade do entendimento da origem da pobreza rural na região sul do estado, a qual possui condicionantes históricos, ligados a sua formação social, e determinantes econômico-estruturais, conectados à tradição da pecuária extensiva. Salientam ainda que “as relações de trabalho existentes nessa atividade ainda são fortemente marcadas pela informalidade” (SCHNEIDER E FIALHO, 2000, p. 140).

Por outro lado, a pobreza colonial afeta um número maior de pessoas, ainda que em

menor magnitude do que a precedente. Segundo Schneider e Fialho (2000) esse tipo de pobreza fundamenta-se em duas raízes: os "caboclos", indivíduos oriundos da mestiçagem entre brancos portugueses e castelhanos e índios; e os pequenos proprietários, principalmente da região do Alto Uruguai. De acordo com Schneider e Fialho (2000), os caboclos tinham a posse de terras situadas em várias áreas do Rio Grande do Sul. Por não serem proprietários legais, foram sendo retirados ou arrastados dessas áreas pelos colonos de origem europeia que passaram a colonizar as regiões da Serra e do Planalto desde o final do século XIX. Deste modo, enquanto havia terras devolutas que podiam ser tomadas, sua sobrevivência e reprodução social eram viáveis.

Todavia, a partir da década de 1950, com fechamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul, as opções de sobrevivência passaram a ser o trabalho temporário, a parceria, e a prestação de alguns serviços no meio rural. Contudo, com o progresso do processo de modernização tecnológica da agricultura gaúcha na década de 70, esses trabalhadores perderam gradualmente suas oportunidades de trabalho, restando-lhes apenas a migração para outras regiões ou para as cidades (SCHNEIDER E FIALHO, 2000).

O segundo grupo social que agrega a pobreza colonial apresentado por Schneider e Fialho (2000) tem uma origem mais recente. Conforme eles, este grupo surgiu nos últimos quinze ou vinte anos e concentra-se na região do Alto Uruguai, onde se encontram a maioria das 257 mil famílias indigentes do RS. Os lotes cultivados por esses pequenos proprietários são inferiores a cinco hectares e estão situados em áreas pouco adequadas para a prática agrícola. Neste caso, o empobrecimento está intensamente conexo a dimensão da área de terras e aos sistemas de cultivo de monocultura utilizados. A qualificação de pobreza colonial se dá pela autodenominação de colonos pelos próprios pobres. Isso porque são pequenos proprietários, frequentemente de origem étnica europeia que não acompanharam a Revolução Verde e a dinâmica da modernização tecnológica da agricultura gaúcha. Normalmente produzem em áreas declivosas com meios produtivos defasados e com produção destinada à subsistência e ao autoconsumo.

Neste mesmo sentido, Schneider e Fialho (2000) afirmam que a pobreza colonial tem sua origem no modelo de desenvolvimento da agricultura gaúcha. Isso porque, a partir da década de 1980, ocorre um apurado desenvolvimento da produtividade, decorrente da incorporação do progresso tecnológico e do fortalecimento dos complexos agroindustriais.

Além disso, de acordo com eles, hodiernamente o formato tecnológico continua aumentando, o que significa que a geração de ganhos de produtividade e rentabilidade ocorre com um número cada vez menor de estabelecimentos.

Dentre as iniciativas de combate à pobreza rural ainda não explorados pelo estado, pode-se mencionar as políticas públicas destinadas a alavancar o desenvolvimento das atividades não agrícolas no meio rural. Nesse sentido, Campanhola e Graziano da Silva (2000) sugerem cinco grupos de políticas para o desenvolvimento das atividades não agrícolas e da pluriatividade rural, a saber:

- Políticas de "desprivatização" do espaço rural; criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola;
- Políticas de urbanização do meio rural, visando à criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como à extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;
- Políticas de geração de renda e ocupações não agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), proporcionando também a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo;
- Políticas sociais compensatórias ativas, que consiste em aposentadoria precoce em áreas desfavoráveis, estímulo a jovens agricultores e renda mínima vinculada à educação de crianças;
- Reordenamento político-institucional, que reconheça as novas formas de regulação que vêm surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país.

2.2 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O conceito de segurança alimentar e nutricional está em construção. De forma dinâmica incorpora constantes alterações que enfocam aspectos de direito humano à alimentação e de disponibilidade segura e adequada de suprimentos. Com o crescimento da produção agrícola sem um equivalente da diminuição da desnutrição em nível global, passou-se a considerar a questão do acesso, envolvendo uma demanda e distribuição mais justas. A crescente integração dos mercados, a evolução das práticas agrícolas, tecnológicas, de processamento, produção e distribuição dos alimentos determinaram a incorporação dos aspectos relativos à qualidade. As novas demandas dos consumidores e o respeito aos hábitos locais mostraram que noções de direito à informação e valorização das opções culturais precisavam ser agregados ao conceito de Segurança Alimentar (UFRGS, 2011).

Conforme Belik (2003) *apud* Santos *et al* (2009) o conceito de segurança alimentar surgiu a partir da II Guerra Mundial, quando mais da metade da Europa estava devastada e sem condições de produzir o seu próprio alimento. Esse conceito tem presente três critérios fundamentais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos.

Belik (2003) *apud* Santos *et al* (2009) alerta para a ideia de acesso aos alimentos, o que difere-se da disponibilidade do mesmo. Apesar de os alimentos estarem disponíveis, conforme comprovado pelas estatísticas da FAO, as populações pobres não têm acesso a eles, seja por problemas de renda, por conflitos internos, ação de monopólios e ou mesmo desvios. Outro aspecto importante desse conceito, diz respeito à qualidade dos alimentos consumidos. A alimentação disponível para a população não pode estar submetida a qualquer tipo de risco por contaminação, problemas de apodrecimento ou outros decorrentes de prazos de validade vencidos. Portanto, a qualidade dos alimentos diz respeito também à possibilidade das populações em consumi-los de forma digna (BELIK, 2003 *apud* SANTOS *et al*, 2011).

Na discussão sobre insegurança alimentar é inevitável relacioná-la com as situações de pobreza, em suas múltiplas dimensões. Segundo Sen (1983) *apud* Fritz *et al* (2011) uma característica da pobreza é a sua essência, uma vez que seus principais elementos são a fome e a inanição, não importando qual sua posição na escala social. Ainda em relação à insegurança alimentar destaca-se que o uso dos alimentos transgênicos não é admitido como sendo de

qualidade por alguns estudiosos e ambientalistas. Isso porque ainda não foi comprovada a idoneidade desses alimentos, permanecendo a dúvida quanto aos riscos para a saúde de quem os consome (SANTOS, 2009).

De acordo com o CONSEA (2011), na maioria das vezes, a comida aparentemente mais apetitosa e bonita não é necessariamente a melhor para a saúde. Isso porque, para o alimento ficar com essa "boa" aparência, utilizam-se agrotóxicos durante o processo produtivo. Ainda conforme o CONSEA (2011), em 2009 o Brasil ultrapassou os Estados Unidos e se tornou o líder mundial no uso de veneno agrícola, consumindo 1 bilhão de litros por ano no país, o que corresponde em média a 5 litros de veneno por indivíduo/ano.

Bochner *apud* CONSEA (2011) divulga que no sistema a maioria dos casos de envenenamento e intoxicação registrados são agudos, que ocorre quando a pessoa apresenta reações logo após a intoxicação. Porém, são os casos crônicos, nos quais os efeitos aparecem após a exposição aos agrotóxicos por um longo período, que correspondem a grande maioria dos envenenamentos e intoxicações. Segundo Bochner *apud* CONSEA (2011) os casos crônicos não se restringem mais aos agricultores e atingem toda a população, apesar de difícil comprovação de que doenças como câncer estarem relacionadas aos venenos agrícolas.

De acordo com dados do IBGE (2006) no Brasil cerca de 65,2% dos domicílios particulares estavam em situação de segurança alimentar. Porém, 3,4 milhões, correspondentes a 18,88% dos domicílios, apresentavam situação de insegurança alimentar grave. Destes, o meio rural apresentou a maior prevalência domiciliar de insegurança alimentar moderada e grave. Enquanto na área urbana 11,4% e 6% dos domicílios estavam em condição de insegurança alimentar moderada e grave, respectivamente no meio rural, as prevalências eram 17% e 9%. No Sul do Brasil, 76,5% dos domicílios apresentavam acesso à alimentação, tanto em termos qualitativos como quantitativos.

Habitualmente tem-se enfatizado a disponibilidade de renda como o determinante principal do acesso adequado aos alimentos, usada como expressão do grau de equidade social. Há uma desigualdade expressiva na renda entre brancos e negros. O rendimento médio *per capita* domiciliar de pessoas de cor negra foi metade das pessoas de cor branca. No Brasil, a desigualdade de renda mostrou comportamento de queda entre 2004 e 2008, embora a desigualdade de renda continue a ser um dos principais problemas da sociedade brasileira (CONSEA, 2010).

Conforme levantamento do IBGE (2006) em 2004, a segurança alimentar no Brasil ocorria em 65,2% dos domicílios, porém estava presente em somente 17,5% dos domicílios com rendimento mensal *per capita* com até R\$ 65,00. Ainda nessa faixa, a insegurança alimentar moderada atingia 32,6% dos domicílios e a grave atingia 28,6%, demonstrando a relação do rendimento com a segurança alimentar. Ainda conforme IBGE (2006) as diferenças do padrão de segurança e insegurança alimentar eram reflexo das desigualdades de rendimentos em todas as regiões do Brasil. Os domicílios que não receberam dinheiro de programa social do governo e que conviviam com insegurança alimentar estavam distribuídos da seguinte maneira: 44,4% no Nordeste, 40,3% no Norte, 27,2% no Centro-Oeste, 24% no Sudeste e 19,7% no Sul.

Para Maluf (2006a) este enfoque capta um lado do problema, sem dúvida essencial, mas não todo ele. Isto porque a questão alimentar mantém uma relação de mútua determinação com a equidade social, não sendo apenas uma resultante desta última. Assim, o tratamento dos vários aspectos envolvidos na questão alimentar também contribui para uma maior equidade social. A relação entre ambas é um reflexo e, ao mesmo tempo, contribui para a configuração do padrão de desenvolvimento socioeconômico vigente numa sociedade.

Ainda para Maluf (1996) outro elemento formador da condição de segurança alimentar, considerando a disponibilidade de alimentos, é a sustentabilidade do sistema alimentar. Sendo que passa a ser garantida quando a satisfação das necessidades alimentares no curto prazo não se dá através do sacrifício dos recursos naturais renováveis e não renováveis, tornando possível a preservação das condições que garantam uma disponibilidade de alimentos no longo prazo.

Conforme apresentado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA, 2010), percebe-se uma gradativa perda dos valores culturais e regionais relacionados à alimentação. Inclui-se a redução do consumo de alimentos tradicionais, como feijão e arroz, frutas, verduras e legumes regionais, demonstrando que o maior acesso aos alimentos não significa uma alimentação mais saudável.

Após a trajetória histórica de quase meio século de discussão e construção do conceito de segurança alimentar e nutricional, atualmente a SAN é definida pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), no seu art. 3º, como segue:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2011).

Atualmente o Brasil passa por um momento histórico atendendo aos anseios dos defensores da Segurança Alimentar e Nutricional. Isso porque em 15 de setembro de 2006, sancionou-se a Lei 11.346, LOSAN que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), demonstrando a atenção dada ao tema e a capacidade da sociedade na elaboração de novas propostas para a Política Nacional de segurança alimentar e nutricional. Para o CONSEA, o fato de compreender a segurança alimentar e nutricional como um direito humano fundamental representa um enorme avanço, principalmente para vencer a fome e a desnutrição.

De acordo com Chico Menezes (2006), o sistema cria as condições para a formulação da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com diretrizes, metas, recursos e instrumentos de avaliação e monitoramento, compostos de ações e programas integrados envolvendo diferentes setores de governo e da sociedade, na busca pela alimentação suficiente e de qualidade para todos.

O artigo 4º da LOSAN afirma que a segurança alimentar e nutricional abrange:

- I - a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, bem como da geração de emprego e da redistribuição de renda;
- II - a conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos; a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população;
- III - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis;
- IV - a produção de conhecimento e o acesso à informação; e a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do país (BRASIL, 2006).

Para entender as necessidades da população é importante conhecer outros conceitos. Neste sentido, o CONSEA apresenta os conceitos de insegurança alimentar, Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), soberania alimentar e intersetorialidade. A insegurança alimentar e nutricional pode ser detectada com a presença de alguns problemas, como: fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, consumo de alimentos de qualidade

duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente e bens essenciais com preços abusivos e imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil que propõe diretrizes para as áreas da alimentação e nutrição. Tem caráter consultivo e assessora a Presidenta da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação. É formado por conselheiros – representantes da sociedade civil organizada, ministros de Estado e representantes do Governo Federal –, e observadores convidados.

Já o DHAA é parte dos direitos fundamentais da humanidade, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal. Com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 64 de 2010, foi incorporada a alimentação como direito social ao artigo 6º, passando a ter a seguinte redação:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2010).

É dever do poder público adotar políticas e ações necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, levando em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais (CONTI, 2009). Conforme o artigo 2º da LOSAN é “dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade”.

O artigo 5º da LOSAN aborda a soberania alimentar e relaciona-a com o DHAA e a SAN afirmando que “a consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos”. Dessa forma, cada país tem o direito de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população respeitando as características culturais dos povos (CONTI, 2009).

2.3 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Conforme o MDS (2011), o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Sendo que no período de 2003 a 2009, o programa foi ampliado de 3,6 milhões de famílias atendidas para 12 milhões de famílias, cerca de 48 milhões de pessoas.

O critério de elegibilidade do programa também foi alterado: em 2006, a linha de corte para a renda familiar per capita do PBF passou de R\$ 100,00 para R\$ 120,00. Em 2009, esse valor foi elevado para R\$ 140,00. Atualmente, o benefício básico para as famílias com renda de até R\$ 69,00 é de R\$ 68,00. Já o benefício variável, pago às famílias com filhos de até 15 anos é de R\$ 22,00. Além disso, em 2007, foi criado o benefício variável vinculado ao adolescente, de 16 e 17 anos, o que hoje corresponde a R\$ 33,00 por jovem (MDS, 2011).

Ainda conforme o MDS (2011), o acompanhamento do Programa é realizado pelas Instâncias de Controle Social do Bolsa Família (ICS), obrigatoriedade estabelecida no Termo de Adesão o PBF firmado pelos municípios e Estados com o Governo Federal. Por meio destas, a sociedade civil participa da implementação do Programa e tem como finalidade a análise das contas de utilização do recurso do Índice de Gestão Descentralizada (IGD).

O Ministério da Saúde é responsável pela oferta de serviços básicos de saúde às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O módulo de gestão do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) registra a situação de saúde dessas famílias (estado nutricional, vacinação e pré-natal). Esse registro de base individual orienta o planejamento de outras ações de saúde dirigidas às famílias, ampliando o acesso aos serviços para além das ações básicas. A cobertura é de 63% das famílias, com 99% das ações de saúde realizadas.

O artigo 4º do Decreto 5209/04 apresenta os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, que são:

- I. Promover o acesso à rede de serviços públicos, especialmente da Saúde, Educação e Assistência Social.
- II. Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional.

- III. Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.
- IV. Combater a pobreza.
- V. Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público (BRASIL, 2004).

Os Ministérios da Saúde e da Educação são responsáveis pela coordenação, apoio e fiscalização do acompanhamento das condicionalidades em suas respectivas áreas, consolidando e repassando as respectivas informações de suas áreas ao MDS, de acordo com os fluxos e prazos definidos. (MDS, 2006)

A responsabilidade pela gestão do PBF cabe à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Este órgão do MDS tem as seguintes atribuições:

- I - estabelecer o relacionamento com os entes federados para a implementação do programa; negociar termos de cooperação para integração de programas próprios de Estados e municípios ao PBF;
- II - coordenar a atuação dos ministérios setoriais no acompanhamento das condicionalidades;
- III - executar as repercussões pertinentes sobre os benefícios; articular a oferta de programas complementares;
- IV - encarregar-se da execução das ações de fiscalização e controle; e acompanhar a execução do contrato de prestação de serviços com o agente operador. A Caixa Econômica Federal gerencia o Cadastro Único de Programas Sociais, define as regras, fluxos e procedimentos de gestão. (MDS, 2006)

Os municípios têm papel fundamental na gestão do Programa Bolsa Família, como a coleta e o registro de informações sobre as famílias no Cadastro Único. A provisão dos serviços básicos de educação e saúde é de responsabilidade municipal, bem como o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades pelas famílias. Além disso, também é de responsabilidade dos municípios a oferta de ações ou programas complementares (MDS, 2006).

Segundo Campos Filho (2009), para avaliar os programas de transferência de renda com condicionalidades, é importante analisar os efeitos de seus principais componentes sobre a situação de vida das famílias em registros temporais distintos. De acordo com ele, de um modo geral, quanto mais grave a situação de penúria de um indivíduo, mais difícil para ele é abrir mão dos meios disponíveis para enfrentá-la, mesmo que isso signifique o comprometimento de suas oportunidades futuras.

Nesse contexto, uma transferência de renda regular, ainda que em valores módicos, pode ter um efeito presente e futuro, sobre o bem-estar das famílias pobres, maior do que o

alívio imediato de uma situação de privação. A garantia de acesso a um nível mínimo de renda permite a ampliação do horizonte temporal das famílias, ao aliviar a necessidade urgente de sobrevivência, criando alternativas para o problema da pobreza. O recebimento de uma renda adicional favorece as famílias pobres no acesso aos serviços de educação e saúde – investimento que proporciona oportunidades de inserção social (CAMPOS FILHO, 2009).

Para Campos Filho (2009) o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda às famílias pobres. O recebimento dos benefícios está vinculado ao cumprimento de um conjunto de contrapartidas nas áreas de Saúde e de Educação. O artigo 11 do decreto 5209/04, define que a utilização dos recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa Bolsa Família deverá estar vinculada à execução das seguintes atividades:

- I - gestão de condicionalidades, compreendendo as atividades necessárias para o registro, sistematização e análise das informações relacionadas à frequência escolar, à agenda de saúde;
- II - gestão de benefícios; acompanhamento das famílias beneficiárias, realizada de forma articulada entre as áreas de assistência social, saúde e educação;
- III - identificação e cadastramento de novas famílias, atualização e revisão dos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- IV - implementação de programas complementares com atuação no apoio às famílias beneficiárias, desenvolvidos de acordo com sua demanda e seu perfil;
- V - atividades relacionadas ao acompanhamento e à fiscalização do Programa Bolsa Família, requisitadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- VI - gestão articulada e integrada com os benefícios e serviços sócio-assistenciais;
- VII - apoio técnico e operacional às instâncias de controle social dos entes federados;
- VIII - e outras atividades que venham a ser estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2004).

Conforme Campos Filho (2009), o cumprimento das condicionalidades objetiva contribuir para o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza intergeracional. Seu descumprimento é considerado um indicador de vulnerabilidade da família, sendo que além da punição, o poder público deve atentar para a resolução da sua inadimplência. Além da ampliação dos recursos federais outro fator que Campos Filho (2009) destaca é de que o PBF fomenta a integração federal com programas estaduais e municipais de transferência de renda. Esta unificação permite o aprimoramento dos mecanismos de gestão, a ampliação da cobertura e a elevação do valor médio dos benefícios, além de propiciar condições para o estabelecimento de relações intergovernamentais mais articuladas na implementação de ações

de redução da pobreza.

Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2011), junto às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, mostra que as famílias beneficiadas pelo PBF gastam sua renda principalmente com alimentação. Conforme IBASE (2011), o gasto médio com alimentos é de R\$ 200,00 mensais, o que corresponde a 56% da renda domiciliar, sendo que quanto mais pobre a família, maior é este gasto. Os dados mostram que mais da metade das famílias que recebem o Bolsa Família, aproximadamente 6,1 milhões, está em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, ou seja, passou por restrições alimentares e, até mesmo, fome nos meses que antecederam a pesquisa (IBASE, 2009).

Estudo do IBASE (2009) ajuda a compreender como as famílias mais pobres se alimentam e de onde vêm os produtos consumidos, o que dá condições para pensar quais políticas são mais relevantes para garantir o direito humano à alimentação, principalmente em um contexto de crise mundial de alimentos. No Brasil, a pobreza é complexa com determinantes de reprodução permanentemente. Assim sendo, além da transferência de renda, são necessárias políticas públicas capazes de romper com esse ciclo de geração de pobreza. A pesquisa demonstra que a insegurança alimentar grave está associada à baixa escolaridade, à exclusão do mercado formal de trabalho e à precariedade no acesso a serviços públicos, como saneamento básico.

Ainda conforme IBASE (2009), os beneficiários utilizam o recurso para comprar mais alimentos e variar sua alimentação, sendo que muitas famílias, tem no PBF a única renda regular garantida permitindo acesso aos alimentos básicos. Em relação à variedade, as famílias passam a comer mais carne, leite, legumes e verduras. Porém, também aumenta o consumo de alimentos não nutritivos e calóricos, como biscoitos e industrializados. Nesse sentido, o PBF, aumenta o poder de escolha e de compra dos alimentos, não significando necessariamente, uma alimentação mais saudável. Ressalta com isso, a necessidade de programas direcionados para a educação alimentar, principalmente nas escolas; de iniciativas que aumentem a oferta de alimentos adequados e pouco consumidos, como legumes, verduras e frutas a preços mais acessíveis; e também de ações de regulamentação da propaganda de alimentos.

Outro dado importante apresentado pela pesquisa do IBASE (2009) é de que os

beneficiários percebem o PBF como uma iniciativa que ajuda, mas não resolve. Alguns preferem garantir a renda das famílias por meio de trabalho, sendo que as pessoas que estão no auge da capacidade produtiva, principalmente homens, envergonham-se do benefício. Já para outros beneficiários, existe o desejo de receber permanentemente o benefício, principalmente os que vivem sob as condições mais extremas de pobreza e em regiões com poucas oportunidades de trabalho.

Conforme Duarte *et al* (2009), os programas de transferência condicionada de renda são políticas sociais empregadas para combater e reduzir a pobreza em diversos países. No curto prazo, visam aliviar os problemas decorrentes da situação de pobreza, e no longo prazo, investir no capital humano de forma a quebrar o ciclo intergeracional da pobreza. Para eles, ainda buscam-se formas de verificar a eficiência programa sobre o bem-estar das famílias. Normalmente os efeitos diretos do programa avaliados nas pesquisas são o aumento do número de matrículas e a frequência escolar das crianças beneficiadas. Já no trabalho de Duarte *et al* (2009), avaliam os impactos indiretos da política de transferência de renda condicional, como o aumento do consumo de alimentos pelas famílias atendidas pelo programa. E de acordo com eles, existe um efeito positivo das transferências monetárias sobre o consumo alimentar das famílias beneficiárias.

De acordo com dados do IBGE (2006), dentre os domicílios que receberam dinheiro de programas sociais do governo, 34% estavam em situação de segurança alimentar. Porém, dentre os 8 milhões de domicílios beneficiados, os que apresentavam insegurança alimentar estavam distribuídos da seguinte maneira: 73% no Norte, 72,6% no Nordeste, 58,2% no Sudeste, 54,8% no Centro-Oeste e 52,3% no Sul.

De acordo com Campos Filho (2009), existem ainda questões pertinentes à adequação do PBF como estratégia de enfrentamento dos problemas da pobreza e da desigualdade. Alguns alegam que os recursos aplicados no PBF seriam melhor utilizados se empregados: na ampliação e qualificação da oferta de políticas de formação de capital humano (educação); na promoção da infraestrutura; na ampliação da produtividade e competitividade da economia (estradas, portos).

Outros posicionamentos contrários consideram-no populista e eleitoreiro, de caráter assistencialista. Também existem críticos que consideram possível que os beneficiários optem por uma vida “rentista” e abram mão de atividades produtivas para viver às custas do Estado

(CAMPOS FILHO, 2007). Por outro lado, contudo, é possível argumentar que o benefício facilita na obtenção de uma ocupação produtiva, uma vez que a disponibilidade de recursos monetários cria oportunidades de inserção no mercado de trabalho através da compra de vestuário, custeio de deslocamentos, compra de ferramentas ou instrumentos ou melhoria da autoestima.

Houve um crescimento da quantidade de benefícios do regime geral de previdência social, destinados ao público urbano e rural, impulsionados principalmente pelo crescimento das aposentadorias e programas sociais. A relevância do Programa Bolsa Família para promoção de melhorias na questão da segurança alimentar e nutricional foi evidenciada pela pesquisa Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas realizada pelo IBASE publicada em 2008, a qual apontou que as famílias declaram gastar a maior parte dos recursos provenientes do Programa com alimentação (87%), chegando a 91% na Região Nordeste. As famílias disseram consumir mais açúcar, arroz, cereais, leite, alimentos industrializados, carnes, feijão, óleo, frutas, raízes e, em menor quantidade, verduras e legumes. Como também é observado, na população em geral, o aumento da renda nem sempre vem acompanhado de opções alimentares mais saudáveis (CONSEA, 2010).

2.4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município de Camargo está localizado no Planalto Médio, a uma distância de 280 km de Porto Alegre, capital do Estado. Sua área territorial é de 138 km², sendo 98% correspondentes à zona rural. Faz limite, ao norte, com o município de Marau, ao sul com Nova Alvorada, a leste, com Vila Maria e, a oeste, com Soledade. Sua população é de 2.591 pessoas, e 1.496 residem no meio rural, divididas em 493 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2011). A densidade demográfica de 18,5 hab/km².

Conforme os dados publicados no site da Prefeitura Municipal de Camargo-RS, em relação aos índices sociais, o município apresenta os seguintes indicadores: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de 0,814; Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico

(IDESE-2002) de 0,631; Índice de Gini de 0,36; expectativa de vida ao nascer de 74,64 anos; taxa de analfabetismo de 10,35%. Apesar de apresentar índices sociais consideráveis altos, no município, como será demonstrado neste trabalho existe uma população, à margem do desenvolvimento, principalmente econômico, sendo necessária a intervenção do Estado para garantir os direitos básicos à saúde.

O município tem como base econômica a agropecuária. Em 2008, de acordo com o PIB do município, a representatividade deste setor na economia municipal foi de 53,5%. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2008 foi de R\$ 21.094,83 (IBGE, 2011). A estrutura fundiária do município é configurada pela pequena propriedade rural, sendo que as propriedades de até 50 ha correspondem a 85,27% e as de mais de 50 ha a 200 ha, a 14,73% do território (INCRA, 1998). A atividade econômica principal é a agricultura familiar com áreas médias de 20 ha, 95% das quais utilizam equipamento mecanizado, e 80%, adubação química. As principais atividades econômicas desenvolvidas são: produção de grãos (soja, milho e trigo) e sistemas de integração para produção de carne (suínos e aves) e produção leiteira. Os principais integradores são Dour Frangosul, BRFood's, Nicollini, Agrogen e Daros & Lodi, na suinocultura (IBGE, 2010).

O município de Camargo tem seu território dentro da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas, sendo rico em águas superficiais e subterrâneas. O clima da região é do tipo subtropical-temperado. A temperatura média anual é de 18°C. O inverno é marcado por fortes geadas e eventuais nevascas e frequente neblina. No alto verão, a temperatura chega a mensal de 154 mm, diminuindo no período de verão. Alternam-se estiagens e cheias de curta duração e periodicidade incerta (LODI e ROMANINI, 1992).

Sua história está ligada à colonização italiana, iniciado na antiga Colônia de Bento Gonçalves e Antônio Prado. Os primeiros imigrantes chegaram por volta de 1905, e encontraram a área ocupada por algumas famílias de "caboclos" sem origem definida. O rio que existente neste local fora denominado de Camargo, surgindo daí a denominação (LODI e ROMANINI, 1992). A chegada de imigrantes europeus à região do planalto norte do estado propiciou o surgimento de pequenos estabelecimentos rurais, que eram mantidos por mão-de-obra familiar e produziam diversas culturas para suprir, quase que integralmente, as necessidades da família. Aos poucos, as técnicas de trabalho utilizadas pelos colonos, na chamada agricultura tradicional, passaram por uma reformulação e foram incorporadas pela

grande maioria dos agricultores.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de analisar a contribuição do Programa Bolsa Família à segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares beneficiários no município de Camargo-RS, utilizou-se o estudo descritivo. Conforme Cervo (p. 67, 2002), o estudo descritivo é recomendado para observar “características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada” sendo usada para identificar estruturas, formas, funções e conteúdos de indivíduos ou grupos.

Para o entendimento do Programa Bolsa Família e a contribuição que ele dá aos beneficiários no município de Camargo-RS utilizou-se a pesquisa qualitativa por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com diferentes atores sociais de desenvolvimento e responsáveis pela gestão do programa em nível local. Os atores sociais entrevistados perpassam desde a assistência social, a nutricionista e os agricultores familiares beneficiados pelo Programa Bolsa Família. O estudo baseia-se também em dados quantitativos que foram recolhidos junto às instituições locais que participam da gestão do programa a nível local, como a Secretaria de Saúde do município de Camargo-RS, através da Assistência Social e da Assistência Nutricional.

A população com a qual a pesquisa trabalhou na coleta dos dados primários foi composta pelos agricultores familiares beneficiados pelo Programa, pela gestora do Programa que acumula a função de assistente social e a nutricionista do município. Optou-se por entrevistar todos os beneficiados residentes no meio rural divulgados no *site* do MDS correspondentes ao mês de março de 2011. Com o auxílio da gestora do programa foram identificadas as famílias residentes no meio rural e após foram estruturados roteiros de entrevistas separados por localidades do município.

As entrevistas com a gestora e com a nutricionista foram previamente agendadas e realizaram-se no ambiente de trabalho de ambas. Já as entrevistas com os beneficiados não foram previamente agendadas. Totalizaram 15 famílias beneficiadas em março e que residiam no meio rural. Destas, somente com uma delas não foi possível realizar a entrevista, pois foram realizadas três visitas até a residência e em nenhuma delas foi encontrado os moradores. As 16 famílias de beneficiados que residem no meio rural correspondem a do total

de beneficiados no mês de março de 2011 do município de Camargo-RS.

De acordo com Markoni e Lakatos (2009), a entrevista não estruturada focalizada baseia-se num roteiro de tópicos relativos ao problema de pesquisa. Foram usadas perguntas abertas, direcionadas a identificar fatores importantes para a elaboração da pesquisa. A coleta de informações foi realizada através de registros manuais e gravações de áudio e vídeo. As entrevistas foram acompanhadas pela gestora do programa e assistente social, que fazia a apresentação da pesquisa. As perguntas abertas utilizadas nas entrevistas intendiam favorecer a obtenção de respostas livres com um grau maior de dificuldade para análise, porém possibilitando a obtenção de dados ou informações ricas e variadas (CERVO E BERVIAN, 2002).

Os dados secundários foram levantados através dos documentos e registros disponibilizados pela Assistência Social e Nutricional do município de Camargo-RS.

A coleta de dados variada para a presente pesquisa possibilita ao processo de análise e interpretação envolver diferentes modelos de análise (RICHARDSON, 1999). Para Diehl e Tatim (2004), o tratamento dos dados coletados nas entrevistas deve ser realizado considerando princípios de análise de conteúdo simplificada, listando resumidamente os fatores mais importantes a serem avaliados. Dessa forma, a análise ocorreu de forma integrada e sistêmica, procurando considerar os fatores mais importantes.

A análise de conteúdo, conforme (GUERRA, 2006), limita-se a “contar o que nos foi contado” considerando-se que a palavra dos interlocutores é transparente e que essas narrações exemplificam situações típicas. Para Calixto (2011), a análise de conteúdo é uma técnica que permite a classificação de frases, palavras ou partes de textos para posterior quantificação e verificação da frequência, das características e particularidades, de acordo com o tema em estudo. Essa técnica é definida por Bardin (2004) *apud* Calixto (2011) como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens.

Freitas, Cunha Júnior e Moscarola (1997) *apud* Calixto (2011) argumentam que “as categorias devem ter origem no documento objeto de análise ou em certo conhecimento geral da área do conhecimento ou da atividade no qual se insere”. As unidades de análise escolhidas

formam as sentenças que qualificavam o estudo, conforme cada categoria estabelecida, para posterior codificação e quantificação.

Para a tabulação dos dados, primeiramente foram transcritas integralmente as entrevistas. Em seguida, todas as respostas foram relacionadas em sequência para visualização e análise de cada item questionado. Para manter o sigilo dos entrevistados, as famílias foram denominadas, conforme a ordem da entrevista, com letras alfabéticas (Aa, Bb, Cc, Dd, Ee, Ff, Gg, Hh, Ii, Jj, Kk, Ll, Mm, Nn e Oo). A partir dos dados tabulados, as respostas semelhantes que caracterizavam cada item foram organizadas em tabelas e figuras para a melhor apresentação e entendimento. Frases consideradas relevantes foram transcritas integralmente para o corpo do texto, juntamente com os elementos gráficos construídos.

4 CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES BENEFICIÁRIOS

No presente capítulo serão apresentados os resultados obtidos com a aplicação da pesquisa realizada com as famílias rurais beneficiadas pelo PBF no município de Camargo-RS. O capítulo está dividido em três partes que contemplam os objetivos de pesquisa. Primeiramente, analisar-se-á as ações e programas públicos de segurança alimentar e nutricional no município de Camargo-RS. Em seguida, serão apresentadas as contribuições do PBF para a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. E, finalmente, serão apresentadas as dificuldades e lacunas na implantação e viabilização do PBF no município de Camargo-RS.

4.1 ANÁLISE DAS AÇÕES E PROGRAMAS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM CAMARGO

De acordo com a nutricionista do município, no mês de março de 2011, 16 famílias residentes na zona rural foram beneficiadas com o Programa Bolsa Família. Porém, somente são acompanhados pela nutricionista os filhos de até 7 anos dos beneficiados. Além das crianças, a nutricionista também trabalha com as gestantes. Em relação à insegurança alimentar percebida, a nutricionista afirmou que “muitas famílias aparecem no relatório enviado como estando em situação normal, mas não estão.” Para ela, é muito difícil convencer os pais a cuidarem da alimentação dos filhos. E, como os gestores sabem que se trata de famílias que precisam do auxílio, não informam distorções. Ainda conforme a nutricionista, somente uma criança apresenta quadro de risco estando abaixo do peso ideal. Percebe-se ainda que existem dificuldades de comunicação e informações entre a gestão do programa e as famílias beneficiadas, além de certas restrições às condicionalidades por parte de algumas famílias.

Em relação ao cumprimento das condicionalidades, a nutricionista destaca que, no período em que esteve atendendo as famílias beneficiárias, cerca de 3 anos, não foi efetuado

nenhum corte. Conforme ela, algumas crianças apresentam sobrepeso, causado principalmente pelo tipo da alimentação que os beneficiários adotam. Os alimentos comumente ingeridos pelas famílias são os de menores preços, normalmente, bolachas e derivados de amidos. Alguns sintomas que denunciam a alimentação inadequada, destacados pela nutricionista são a pele e os cabelos secos, bem como o excesso de peso. Desta forma, a insegurança alimentar existe pela alimentação inadequada que pode ocasionar sobrepeso.

As principais vitaminas e nutrientes deficientes nestas famílias são: cálcio (leites e derivados), ferro, vitamina D, vitamina E e vitamina C. Em relação à vitamina C, a nutricionista, não percebe tanto em época de laranja, quando aumenta o consumo pela grande disponibilidade encontrada. A alimentação incorreta (falta de acesso ou maus hábitos) acarreta a insegurança alimentar na maioria das famílias. Nestes casos, registra-se o consumo de salgadinhos, bolachas de todos os tipos e ausência de hortaliças. Esses hábitos acarretam, principalmente, problemas na dentição e na mastigação, verminoses, anemia, obesidade, déficit de crescimento, aprendizagem escola e aleitamento materno além dos dois anos de idade. Em relação às ações desenvolvidas no sentido de melhorar a condição alimentar dos agricultores familiares beneficiários do PBF, a nutricionista, informa que não existe nenhum programa complementar específico.

Quanto aos principais problemas alimentares identificados nas famílias beneficiárias destaca que a obesidade tem maior incidência nas crianças que residem na zona urbana. Também informa que não existe nenhuma criança que, atualmente, está abaixo do peso. Porém, destaca outros problemas como: má higiene, alimentos mal cozidos, mal lavados e, muitas vezes, em contato com coliformes fecais. A principal consequência destes problemas são casos de verminoses. Ressalta ainda que os alimentos com produção deficiente no município de Camargo-RS e que poderiam ser mais consumidos pelas famílias são: verduras, feijão, batata-doce, mandioca, caqui, laranja, bergamota, legumes, moranga e chuchu.

Para a nutricionista, uma alimentação saudável, a partir dos alimentos que podem ser produzidos no município deve conter: cebola, cenoura, moranga, milho-verde, batata-doce, mandioca, beterraba, couve-flor, brócolis, verduras (alface, *radicci*, rúcula, agrião), pepino, ervilha, repolho, vagem, feijão, ovos, carnes (frango, gado, suínos), leite, melão, melancia, pêra, uva, caqui, laranja, bergamota, limão e pipoca. Durante as entrevistas foi identificado que a maioria destes alimentos são cultivados pelos agricultores familiares beneficiados pelo

PBF. Observa-se que a dieta apresentada pela nutricionista contempla as frutas e verduras típicas da região, como fundamentais para a SAN. Nos itens seguintes a alimentação será abordada mais detalhadamente.

Conforme a assistente social, os registros em ata apresentam que o município de Camargo-RS tem os primeiros cadastros referentes ao Programa Bolsa Família no ano de 2003. O processo de cadastramento dos beneficiários do PBF ocorre por livre demanda. Segundo ela, as pessoas buscam o cadastramento, geralmente, por interesse próprio, uma vez que indivíduos com renda de até 3 (três) salários mínimos podem estar inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) para programas sociais. Através deste cadastramento, o MDS seleciona as famílias com renda per capita de R\$ 140,00 para que recebam o benefício monetário. Não existe nenhum critério municipal para seleção de beneficiários.

O cadastro é feito através de um formulário próprio do MDS na Assistência Social ou diretamente na casa da pessoa interessada. Existe também o Comitê de Controle Social, composto por entidades do município que analisam estes cadastros, para que em casos de irregularidades, fiscalizem e regularizem.

Em relação ao número de pessoas cadastradas no CadÚnico, a assistência social não possui relatório completo dos cadastrados do município. De acordo com a assistente social, são aproximadamente 80 cadastros, sendo que aproximadamente 40 famílias apresentam perfil para Bolsa Família. Entretanto, no mês de maio de 2011 foram 34 famílias que receberam os benefícios, uma vez que as demais apresentavam irregularidades nas condicionalidades. Na zona rural eram 16 famílias beneficiadas, num total de 63 pessoas envolvidas.

O acompanhamento e/ou complemento assistencial do município aos beneficiários do PBF, ocorre através das secretarias da saúde, educação e assistência social. As três áreas trabalham juntas com as famílias através do controle das condicionalidades e da orientação dada diretamente com a responsável familiar. O município oferece, através da assistência social, oficinas de geração de renda para as famílias que demonstram interesse. As oficinas oferecidas são Orientação e Apoio Sócio Familiar (OASF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); e Programa de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas.

A OASF ocorre semanalmente, na sala do Centro de Referência de Assistência Social

(CRAS), onde uma orientadora apresenta os trabalhos artesanais, com materiais que a Prefeitura fornece e também com recursos do Estado. São feitas orientações através de profissionais da saúde, sobre diferentes assuntos, além de visitas domiciliares de acompanhamento familiar. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes e PETI são serviços ofertados para crianças e adolescentes dos 6 aos 18 anos, tendo espaço para atividades artesanais, lúdicas e esportivas, no turno inverso da escola, com o objetivo da socialização e erradicação do trabalho infantil. As atividades também acontecem no CRAS. Já o Programa de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas é de participação livre, onde todas as crianças e adolescentes interessados podem participar. Porém, poucos membros do Programa Bolsa Família aderiram ao programa, apesar de se realizar no turno inverso ao do horário escolar. A oficina oferecida pelo programa é a capoeira.

As contrapartidas oferecidas pelo município ao PBF correspondem à disponibilização dos recursos humanos. Os cargos disponibilizados pela gestão pública municipal correspondem à gestora do Programa Bolsa Família que acumula a função de assistente social, aos técnicos da área da saúde, incluindo a nutricionista e aos funcionários da área da educação. A assistência social operacionaliza a execução dos serviços vinculados às necessidades do PBF, bem como o operador máster, sendo responsável para a digitação dos dados no sistema *on line*. Outra contrapartida oferecida pelo município é responsabilidade pelos custos com deslocamento para visitas às famílias, com as capacitações para profissionais e com o comitê de controle social.

Ainda conforme a gestora do PBF e assistente social são desconhecidos programas federais, estaduais e municipais de SAN que estão sendo implantados no município. Destaca, porém, que existe um controle nas escolas, especialmente as municipais, procurando manter controle no peso e alimentação das crianças.

4.2 CONTRIBUIÇÕES DO PBF PARA A SAN DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

Em relação às estratégias de ampliação do Programa Bolsa Família, a assistente social afirma: “seguimos normas do MDS, mas sempre há famílias novas que ingressam no

município, fazendo com que o programa seja ampliado em números no município”. Porém, o poder público tem estreita relação com os beneficiários do PBF, uma vez que são famílias com maior vulnerabilidade social. Estas devem estar assistidas pelo poder público, dentro de diversas áreas, com o objetivo de melhorar as condições de vida e de bem estar social.

4.2.1 Perfil das famílias beneficiadas pelo PBF e características rurais de Camargo

Nas entrevistas foram levantados que a maioria das famílias é de origem italiana, seguindo o perfil do município, conforme apresentado na Tabela 01.

Tabela 01 – Etnia ou raça das famílias rurais beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011

Etnia ou raça	Número de famílias
Mestiço e Brasileiro	1
Brasileiro	5
Italiano	7
Brasileira e Italiana	2
TOTAL	15

Fonte: dados primários, 2011.

Na Tabela 02 apresenta-se brevemente a formação das famílias, considerando a idade e o número de integrantes de cada uma. Observa-se que a média de integrantes é de 4 (quatro) pessoas, sendo um casal e dois (duas) filho (as).

Tabela 02 – Caracterização das famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011

Família	Número de integrantes	Condição	Idade
Aa	4 pessoas	Mulher	56 anos
		Homem	56 anos
		Filhos	18 anos 22 anos
Bb	7 pessoas	Mulher	34 anos
		Homem	43 anos
		Filhos	12 anos 8 anos
		Filhas	10 anos 7 anos

			5 anos
Cc	6 pessoas	Homem	49 anos
		Mulher	47 anos
		Filhos	21 anos 20 anos 15 anos 11 anos
Dd	3 pessoas	Homem	25 anos
		Mulher	21 anos
		Filha	2 anos
Ee	3 pessoas	Avó	50 anos
		Mãe solteira	19 anos
		Filha	3 anos
Ff	3 pessoas	Senhor	85 anos
		Mãe	29 anos
		Filhos	8 anos 6 anos
Gg	3 pessoas	Mulher	42 anos
		Homem	46 anos
		Filho	15 anos
Hh	3 pessoas	Mulher	52 anos
		Homem	49 anos
		Filha	15 anos
Ii	4 pessoas	Mulher	34 anos
		Homem	39 anos
		Filhas	15 anos 8 anos
Jj	3 pessoas	Mulher	53 anos
		Homem	58 anos
		Filha	15 anos
Kk	3 pessoas	Mulher	22 anos
		Homem	41 anos
		Filha	5 anos
Ll	5 pessoas	Mulher	52 anos
		Homem	43 anos
		Filhos	16 anos 14 anos

		Filha	9 anos
Mm	5 pessoas	Mulher	37 anos
		Homem	31 anos
		Filha	12 anos
		Namorado da filha	17 anos
Nn	3 pessoas	Mulher	55 anos
		Homem	56 anos
		Filho	13 anos
Oo	4 pessoas	Mulher	34 anos
		Homem	59 anos
		Filhos	12 anos 15 anos

Fonte: dados primários, 2011.

Algumas particularidades podem ser observadas na caracterização das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, dentre elas a presença de famílias com estruturas familiares diferentes das consideradas normais. A família Oo tem dois filhos que moram em casas de famílias que residem no interior do município de Camargo-RS. Estas famílias cuidam destes adolescentes e são acompanhadas pela assistência social. Um destes filhos, o mais velho, com 18 anos, não recebe mais o benefício. Porém, o filho de 16 anos ainda está enquadrado no Programa e os pais continuam recebendo o benefício.

Na família Jj, a filha de 15 anos que é beneficiária do Programa Bolsa Família está grávida de 5 meses, com gravidez de risco. Já a família Ee é composta pela avó, pela mãe e pela filha. A mãe é solteira e o pai da criança ajuda a família algumas vezes. Outra particularidade encontrada está na família Ff, sendo que a mãe beneficiária tem dois filhos com pais diferentes, e atualmente mora juntamente com um senhor de idade para fazer companhia. Finalmente, na família Mm, a mãe mora com o marido que não é pai das filhas. A filha que mora na residência tem 12 (doze) anos e reside com o namorado de 17 (dezesete) anos.

O perfil dos beneficiários do PBF está representado na Figura 01. Dentre as 15 famílias entrevistadas, 12 delas recebem somente benefício assistencial do PBF. Os benefícios que apareceram foram o Benefício de Prestação Continuada (BPC), Fundo Perdido da Prefeitura para Habitação e Aposentadoria.

O BPC garante a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, incapacitada para a vida independente e para o trabalho, que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família. Todo o recurso financeiro do BPC provém do orçamento da Seguridade Social, sendo administrado pelo MDS e repassado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (MDS, 2011).

Em relação ao benefício da aposentadoria rural por idade, pode ser requerida a partir dos 60 anos para os homens e a partir dos 55 anos para as mulheres. Os trabalhadores rurais, filiados até 24 de julho de 1991, devem comprovar a atividade rural, além de estar exercendo a atividade rural na data de entrada do requerimento ou na data em que implementou todas as condições exigidas para o benefício (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2011).

O Fundo Perdido Municipal é uma verba destinada à reforma habitacional, que tem como critério de seleção a inscrição no CadÚnico.

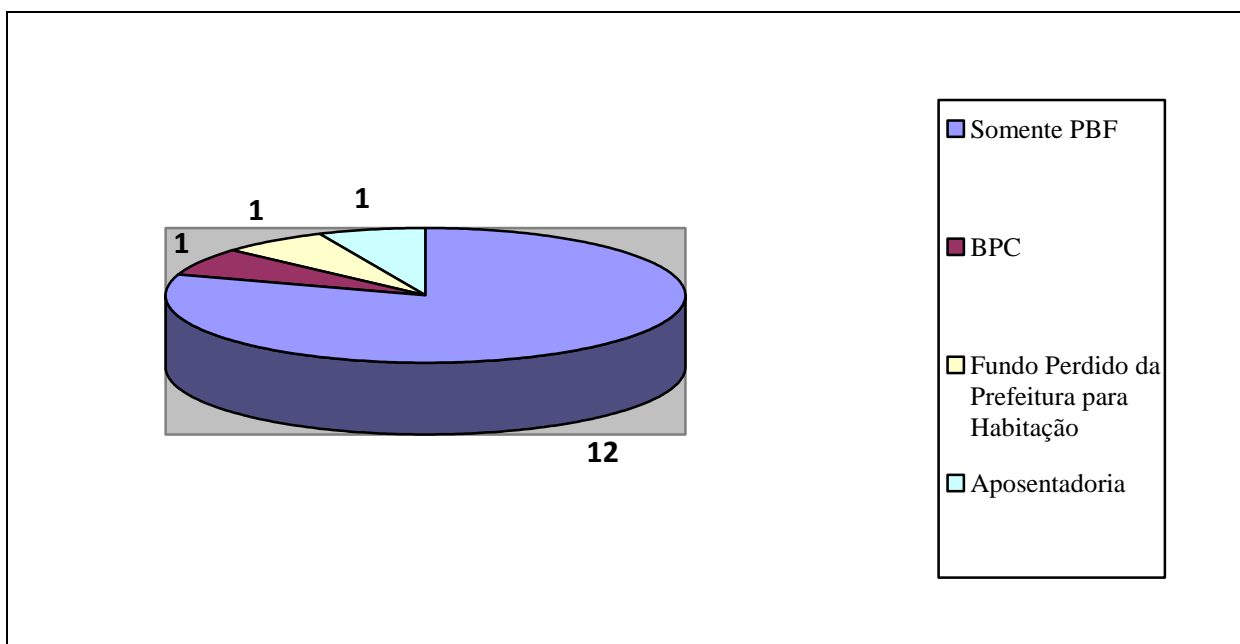


Figura 01 – Outros benefícios assistenciais recebidos pelos beneficiados do PBF de Camargo-2011
Fonte: dados primários, 2011.

As famílias que recebem benefícios além do PBF são: a Família Aa – recebe aposentadoria rural por idade; a Família Jj – recebeu aprovação do Fundo Perdido da

Prefeitura; e a Família Oo – recebe o BPC pelo filho de 15 anos que também participa da APAE.

4.2.2 Cumprimento das condicionantes pelas famílias beneficiadas pelo PBF

A Tabela 03 apresenta as características da contrapartida que os beneficiados dão ao Programa Bolsa Família.

Tabela 03 – Cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011

Família	Membros enquadrados	Idade	Frequência às aulas	Pesagem e vacinas
Aa	1	18 anos	Regular	
Bb	5	12 anos	Regular	
		8 anos	Regular	
		10 anos	Regular	
		7 anos	Regular	
		5 anos	Somente projeto	Leva ao posto de saúde 1 vez ao mês
Cc	2	15 anos	Irregular	Acha que tem 1 vacina atrasada.
		11 anos	Irregular	
Dd	1	2 anos	PIM	Leva ao posto aprox. 2 vezes ao mês.
Ee	1	3 anos	Creche	Leva ao posto de saúde 1 vez ao mês
Ff	2	8 anos	Regular	Leva ao posto de saúde 1 vez ao mês
		6 anos	Regular	
Gg	1	15 anos	Regular	
Hh	1	15 anos	Regular	
Ii	2	15 anos	Regular	Agora só quando está doente ou a cada 2 meses para pesagem.
		8 anos	Regular	
Jj	1	15 anos	Regular com algumas faltas devido às consultas de pré-natal.	
Kk	1	5 anos	A mãe acompanha a filha todo o dia para a cidade para	Nunca pesou.

			ir à creche.	
Ll	2	16 anos	Regular	
		9 anos	Regular	
Mm	1	12 anos	Regular	
Nn	1	13 anos	Regular	
Oo	2	15 anos	APAE	
		12 anos	Regular	

Fonte: dados primários, 2011.

Em relação às condicionalidades que devem ser cumpridas pelos beneficiários também identificam-se algumas curiosidades que caracterizam o perfil das famílias entrevistadas. A família Ll, atualmente recebe o benefício correspondente a dois filhos. Conforme a entrevistada, há pouco tempo recebia de três filhos. Porém, como o filho de 14 anos não quer mais ir para a aula, perdeu o valor correspondente a ele. Os filhos de 16 anos e 9 anos vão para a aula e têm cumprido integralmente suas obrigações.

Na família Oo, o benefício é recebido por dois filhos. O filho de 12 anos que mora com os pais e o filho de 16 anos que não mora mais com os pais. Não existe documento legal que permita que o filho esteja sob responsabilidade de outra família. Entretanto, cumpre integralmente a exigência de participar das aulas e está sendo assistido pela Assistência Social. Essa situação já foi vivenciada anteriormente com outro filho do casal que atualmente tem 18 anos. Além dos filhos que recebem benefício do PBF, na família também existe um filho de 15 anos que recebe BPC e que participa das aulas na APAE em Marau.

Em relação ao cumprimento das condicionalidades, a mãe da Família Cc afirma que as vacinas dos filhos devem estar completas, mas quem tem controle maior sobre isso é a agente de saúde. Os dois adolescentes frequentam as aulas. De acordo com a entrevistada, a família encontra dificuldade em controlar a permanência dos filhos nas aulas, como pode ser observado na passagem da entrevista que segue,

Esses dia que o pai foi, eles tavam na rua. Daí aqueles do conselho tutelar foram lá no posto falar com ele. Só que a gente pensa que eles tã na aula e ao invés eles tã na rua. Aí quando chegou em casa, deu a “escola” pro piá. Agora esses dia ele foi de novo e eles tavam na rua, daí ele disse que falou com a polícia e disse que se vocês tivessem na rua eles iam pega vocês. Ele assusto, né...

No depoimento da entrevistada na Família Cc, nas entrelinhas e de forma coloquial aparece a questão da violência familiar. De acordo com a assistente social, a violência contra

crianças é um desafio, porque na maioria dos casos, não ocorrem denúncias, somente suspeitas. No meio rural a dificuldade aumenta, uma vez que as residências são mais distantes do que na cidade, e reduzem as denúncias de terceiros.

Destaca-se que na Família Dd, a filha não tem idade para frequentar a aula, porém, recebem semanalmente os visitantes do Primeira Infância Melhor (PIM). No município de Camargo-RS são 11 comunidades atendidas. O PIM integra a política de governo do Estado do Rio Grande do Sul, sob a coordenação da Secretaria da Saúde e apoio das Secretarias da Educação, Cultura, Trabalho e Desenvolvimento Social. É um programa institucional de ação socioeducativa voltado às famílias com crianças de zero até seis anos e gestantes, que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Está voltado para o desenvolvimento pleno das capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais do ser humano, tendo como eixo de sustentação a Comunidade, a Família e a Intersetorialidade (SECRETARIA DA SAÚDE, 2011).

As famílias são orientadas por meio de atividades lúdicas específicas, voltadas à promoção das habilidades/capacidades das crianças, considerando seu contexto cultural, suas necessidades e interesses, através de atendimentos semanais realizados nas casas das famílias e em espaços da Comunidade, além de atividades comunitárias. Os visitantes planejam e realizam o atendimento domiciliar e grupal às famílias, conforme a metodologia do Programa (SECRETARIA DA SAÚDE, 2011).

Porém, o caso que mais chama a atenção é o da Família Kk, onde diariamente, a mãe acompanha a filha até a Creche Municipal, e fica esperando na casa do sogro na cidade. Quando questionada sobre o cumprimento da condicionalidade da pesagem, a mãe afirma que “... eu nunca pesei ela. Só pesava ela quando ia pro pediatra, essas coisa assim. Eu perguntei pra agente de saúde e ela disse que pro Bolsa Família só precisava pesar até os 3 ano” (MÃE DA FAMÍLIA Kk, 2011). Após essa declaração, o sogro da entrevistada interferiu: “Má daí tu bota mais ou menos, pra não perde essa coisa ali... por causa que são pobre, não tem. Dá uma ajuda pro pobre também a senhorita, viu?”

A interrupção efetuada pelo sogro da entrevistada chamou a atenção pela consciência de que a família estava irregular com as condicionalidades exigidas para o recebimento do programa. Além disto, deixa em aberto uma lacuna, uma vez que a nutricionista afirma que nunca ocorreram cortes de beneficiários por irregularidades no cumprimento das

condicionalidades fiscalizadas pela Secretaria da Saúde, diferentemente dos relatos de cortes informados pelas escolas.

4.2.3 Contribuições do PBF às famílias beneficiadas

Ao observar a distribuição e a propriedade das terras onde as famílias beneficiadas residem, percebe-se que a maioria delas tem terras próprias. Apesar disso, o tamanho destas propriedades é pequeno e normalmente em áreas de relevo acidentado, onde o plantio é mais trabalhoso. A Figura 02 demonstra como está dividida a propriedade da terra das famílias beneficiadas.

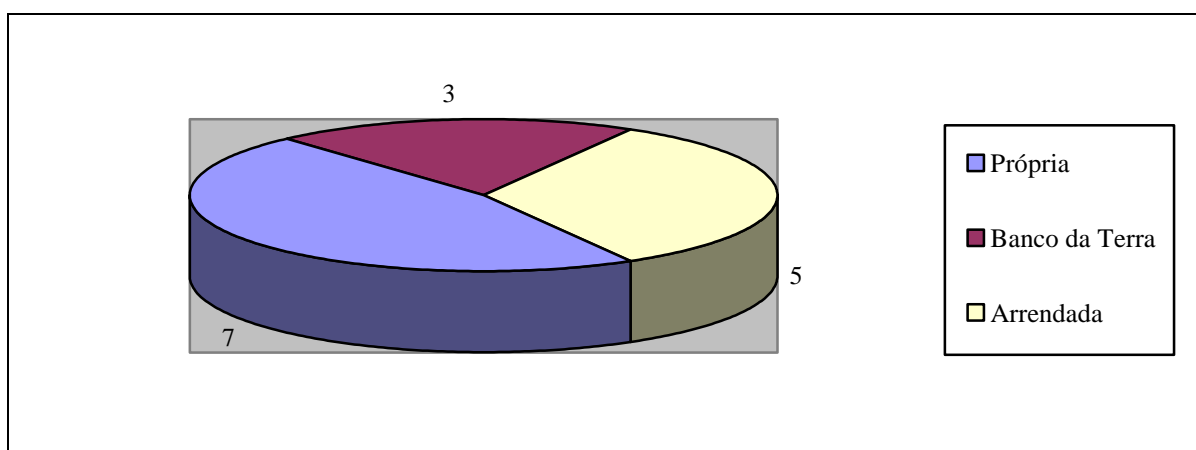


Figura 02 – Propriedade da terra das famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011
Fonte: dados primários, 2011.

Existem cinco famílias que tem as terras arrendadas. As Famílias Dd e Ee são vizinhas e dividem um pequeno terreno, cedido por um arrendador. Conforme a mãe da Família Dd, sobre a propriedade da terra: “É da sogra, ela deu esse pedacinho da casa, porque é só onde tem essas duas casas que ela ganhou de agregado. Seria junto, porque é só esse pedacinho.” Complementando essa afirmação, a entrevistada da Família Ee relata: “... nós *moramo* aqui onde tem a casa, que foi um vizinho que cedeu,... seria nossa. Mas só aqui onde tem a casa. Daí, a mãe planta, na terra deles ali, seria arrendada, eles plantam e colhem e se dividem...”. Já a Família Ff mora com um senhor de idade para ajudar a cuidá-lo. Neste caso, existe uma troca de favores (moradia x cuidados). Situação parecida ocorre com a Família Gg, que

informou que a terra é do pai da mulher. Conforme ela, “... *nóis semo* arrendatário dele.” Entretanto, não ocorre pagamento fixo pelo uso da terra. O acerto é feito de forma aproximada, dependendo dos resultados do cultivo. E, finalmente, a Família Mm que informa: “Agora por enquanto *nóis temo* no terreno da mãe.” Esta situação também é de favor, pois não existe cultivo, somente existe terreno para a construção da casa.

Três famílias informaram que compraram a terra através do Banco da Terra⁵.

A Família Nn adquiriu somente a casa, que fica sobre o terreno do genro da beneficiária. Já a Família Oo tem dois terrenos próximos da cidade. A entrevistada informa: “Essa aqui é nossa. E aquela ali do lado daí é daquele piá ali (o filho de 15 anos que recebe o BPC). Esse ali eu comprei pra ele.” De acordo com ela, o terreno foi comprado com parte do BPC que o filho recebe e é visto como um investimento para ele.

A Figura 03 demonstra que a maioria das famílias mora em propriedades com menos de 5 hectares.

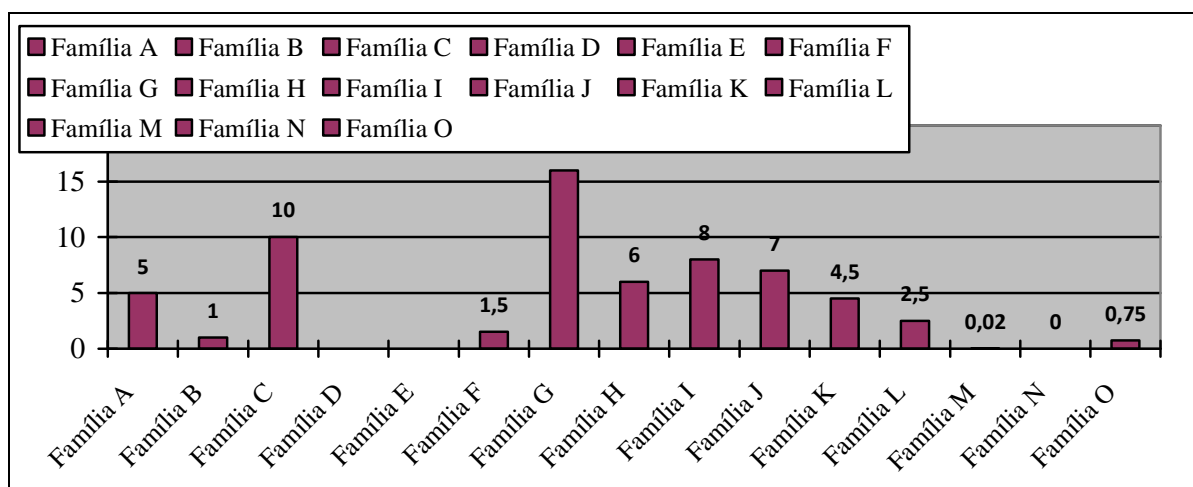


Figura 03 – Tamanho das propriedades dos beneficiados pelo PBF de Camargo-2011

Fonte: dados primários, 2011.

As famílias que têm mais terras são caracterizadas pela forma de arrendamento ou apresentam melhores condições de vida. Destaca-se, porém, que em muitos casos as informações não eram precisas e não existe comprovação da veracidade das mesmas, pela

⁵ Lei Complementar n.º 93, de 4 de fevereiro de 1998 e regulamentado pelo Decreto n.º 4.892, de 25 de novembro de 2003. A finalidade do Banco da Terra, ou Fundo de Terras e Reforma Agrária, é financiar os imóveis rurais diretamente aos interessados e também a infraestrutura comunitária (VARGAS, 2011).

área ser muito pequena, por não saber ou por receio. Exemplo disto é a afirmação da entrevistada da Família Bb: “Mas *óia*, nem sei... é aqui o lugar da casa e ali tem a cerca. É da cerca pra cá. *Eu num sei*.”. Outros casos:

Eu não sei. É por aqui, tem uns perau (afirmação da entrevistada da Família Cc)
 Ali perto de casa tem 5 hectares. O resto é tudo capoeira, daí, não dá pra trabalha porque é tudo a braço e longe, né (afirmação da entrevistada da Família Jj).
 Não sei quanto tem, porque é até ali no barranco. Acho que um alqueire (afirmação da entrevistada da Família Ll).

Em decorrência das pequenas quantidades de terra, ao questionar sobre quais os membros da família trabalham na propriedade, a maioria informou que os homens prestam serviços aos vizinhos. O trabalho de diarista é conhecido como “fazer bico”. O tipo de serviço que mais se repetiu nas respostas foi o corte de lenha e o carregamento de frangos. Na Família Ll obteve-se a seguinte resposta: “... meu marido trabalha no carregamento de frangos e o filho de 14 anos também começou agora. Na terra a gente planta alguma coisa.” Já na Família Nn, a resposta foi: “eu trabalho na roça, quando meu genro tem que quebra milho, daí eu trabalho pra ele. O meu esposo trabalha no Paraíso (comunidade do interior de Camargo), numa casa de família, quando precisa”.

Complementando as afirmações já citadas, a Família Dd informou: “Ele trabalha, mas faz serviço pra fora. Corta lenha, essas coisas.” E, na Família Ee: “Eu, a mãe e o mano, volta e meia pra *coiê*. Ele já é... trabalha pra ele, sabe.” Na Família Gg: “O guri trabalha mais perto de casa, porque na roça se vai pouco, algum servicinho que a gente manda *fazê* aqui por perto”. Finalmente na Família Jj: “Ali quem trabalha mais é eu, sozinha. (risos)... e meia quebrada... e ele trabalha um dia lá, um dia pra cá, pra se defende né, porque não tá fácil.”

Apesar de se tratar de pequenas propriedades, identificou-se que a maioria das famílias produzem diversos tipos de alimentos, conforme pode ser observado na Tabela 04.

Tabela 04 – Alimentos produzidos pelas famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011

Alimentos	Famílias															TOTAL
	Aa	Bb	Cc	Dd	Ee	Ff	Gg	Hh	Ii	Jj	Kk	Ll	Mm	Nn	Oo	
Feijão	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X				X	11
Milho	X		X		X	X	X	X	X	X					X	9
Batata doce					X		X	X	X		X	X		X		7
Mandioca	X				X			X	X	X	X	X		X		8

Abóbora					X		X			X					X	4
Moranga					X		X			X						3
Soja							X	X	X	X						4
Erva mate							X									1
Alface							X			X						2
Cenoura							X									1
Radicha										X						1
Beterraba		X														1
Repolho		X								X						2
Amendoim								X	X		X			X		4
Pepino										X						1
Tomate										X						1
Leite			X				X		X							3
Gado			X				X	X	X	X						5
Suíños	X		X				X	X	X	X			X			7
Galinhas	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X			12
Saladas	X	X	X				X		X	X		X	X	X	X	10
TOTAL	6	5	4	0	7	3	14	9	11	15	5	4	3	4	4	

Fonte: dados primários, 2011.

Os alimentos mais produzidos pelas famílias, citados pelos entrevistados foram o feijão, carne de galinha caipira criadas soltas e as saladas. Destaca-se que a maioria das famílias informou que produz as saladas que consomem. Durante as visitas foi possível visualizar as hortas que as famílias cultivam, algumas bem diversificadas e outras menos. Também foram citados de forma marcante: abóbora, moranga, amendoim, mandioca, batata-doce. O milho também é um dos produtos que mais foram citados, e é utilizado para a alimentação de animais, principalmente galinhas caipiras, seguido pelos suínos.

Além dos cultivos, algumas famílias destacaram a criação de animais para subsistência. Conforme a depoimento da Família Hh: “Soja, milho e coisa assim. Feijão, batata, mandioca, amendoim, essas coisa. Na horta, tudo o que existi, um pouquinho de cada a gente planta. Tem carne de gado, de galinha, de porco. Daí a gente, né... vai manejando até *carniá* o outro porque não é fácil.”

Chama a atenção que a maioria das entrevistadas não informou que tem vacas de leite. E em alguns casos, não plantam por falta de terra, como na Família Dd: “Nós aqui não *plantamo* nada, só minha sogra ali, mas nós aqui nada. Não temo terra pra *plantá* né’. Entretanto, apesar de se tratar de pequenas áreas de terras, quatro entrevistados citaram o

plântio de soja. De acordo com as famílias que citaram o plântio de soja, o cereal é comercializado com as cerealistas locais. Para plântio, cultivo e colheita, em todas as famílias são contratados vizinhos que terceirizam serviços e maquinários. O pagamento é efetuado por meio de percentuais da colheita.

Em dois casos, foi destacado o empréstimo de terras por parte de vizinhos para o plântio de alimentos. Essa situação foi apresentada pela Família Nn: “Ah... nós *plantemo* numa horta tudo que é tipo de verdura. *Plantemo* aipim, batata doce, *minduim*. Não *plantemo* muito porque a terra é pouca, é do meu genro e eu uso um cantinho de terra pra *plantá*”. E também pela Família Oo: “Um vizinho deu um pedacinho de terra pra planta. Feijão, milho, abóbora, mas pouca coisa, mal a pena *pro gasto*. Salada tem a vontade”.

Para complementar a alimentação das famílias, são adquiridos alimentos em supermercados e até mesmo de vizinhos. Os alimentos da cesta básica chamadas de “comida mais fácil” são os mais citados, destacando-se o arroz, a massa, farinhas, açúcar e café, conforme pode ser visualizado na Tabela 05.

Tabela 05 – Alimentos comprados pelas famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011

Alimentos	Famílias															Total
	Aa	Bb	Cc	Dd	Ee	Ff	Gg	Hh	Ii	Jj	Kk	Ll	Mm	Nn	Oo	
Arroz	X			X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	12
Açúcar	X	X	X	X	X	X		X							X	8
Farinha de trigo	X		X	X	X	X		X	X	X	X		X	X	X	12
Leite		X		X												2
Frutas		X													X	2
Café		X	X	X	X			X								5
Carne		X						X	X	X	X	X			X	7
Feijão				X								X	X			3
Farinha de milho				X					X	X			X			4
Massas				X							X	X			X	4
Repolho							X									1
Batatinha									X						X	2
Azeite	X	X	X	X	X	X	X		X				X		X	11
TOTAL	4	6	4	9	5	3	3	5	6	4	4	4	5	2	8	

Fonte: dados primários, 2011.

De acordo com o Resumo Executivo do CONSEA (2010), a participação de frutas e hortaliças nos alimentos adquiridos permaneceu estável no período (3% a 4%), mas encontra-se muito abaixo da recomendação da Organização Mundial da Saúde. O SISVAN também

identificou que o consumo de frutas e hortaliças por crianças e adolescentes está muito aquém do recomendado. Na Tabela 05 pode-se visualizar que os beneficiados entrevistados também compram poucas saladas e frutas. O que consomem é produzido na propriedade, e como pode ser visualizado na Tabela 04 não foram sequer citados. Entretanto, durante as visitas, principalmente pela época das entrevistas, podiam ser observadas árvores com frutas, como laranjas e bergamotas, na maioria das propriedades.

Alguns também destacaram a compra de carne, apesar de ser considerado um alimento muito caro. De acordo com a entrevistada da Família Hh, que declara: “Arroz, farinha, *açucare*, café, o que a gente não produz né. Carne também, a gente quase nunca compra, né. É tudo da gente, porque tu vai compra no mercado, tu sabe como é que é a carne, né.”

Ainda em relação aos alimentos adquiridos, a Família Jj cita a relação com a compra de carnes e em como as alterações nas estruturas de serviços prestados alteram o acesso aos alimentos, como por exemplo, a extinção dos moinhos,

Arroz, farinha de trigo, farinha de milho, pra fazê polenta que moinho não tem mais, né. E carne às veiz, se precisa, não é muito, mas alguma veiz a gente se obriga a compra. Tem gado, daí volta e meia a gente carneia. Essa semana carniamo um porco que deu pouquinho, 98 salames...(risos) quero vê comê tudo aqueles salame.

O Resumo Executivo do CONSEA (2010) observa-se o crescimento do consumo de carnes bovinas (23%), de frango (100%), e de embutidos (300%) os quais apresentam elevados teores de gorduras e sal. Destaca-se também que houve uma redução acentuada (41%) no consumo de peixes. Nas famílias entrevistadas, o consumo de carnes é bastante citado. Entretanto, por se tratar de famílias rurais, os animais são criados nas propriedades e carneados pelas famílias. O custo da aquisição de carnes é considerado elevado, pelas famílias. As mesmas afirmam apreciar este gênero alimentício e considerá-lo importante item da dieta, porém o fator financeiro dificulta seu consumo. Segundo a entrevista da Família Ll “nós comia mais carne antes, quando era mais barato ou quando os guri ganhavam nos carregamento, mas hoje é muito caro no mercado, daí se come menos. Mas se não fosse assim, se comeria bem mais”.

Somente em uma das famílias, as compras de alimentos não são representativas. É o caso da Família Nn, onde a entrevistada afirma: “*Óia*, eu no mercado, pra falar a verdade compro um pacote de arroz, farinha... porque eu tenho o meu guri que manda a cesta no final

do mês, porque senão não dá...”. Neste relato percebe-se que o êxodo rural e consequentemente o envelhecimento no campo são realidades presentes no interior do município. Neste caso, apesar de o filho não estar mais dependendo dos rendimentos agrícolas, contribui para a manutenção da família no meio rural por meio do envio mensal de cestas básicas, que conforme relatado, corresponde à maioria do consumo de alimentos que seriam comprados.

4.2.4 Contribuição do PBF ao modo de vida da família

É inegável que o recurso financeiro pago aos beneficiados pelo PBF contribui com as despesas das famílias entrevistadas. Apesar de nenhuma delas informar qual o percentual da contribuição do PBF aos gastos com alimentação, todas afirmaram que é uma boa ajuda. Para as famílias que aparentavam maior carência e que recebiam o valor fixo mais o valor variável correspondente a cada filho, a contribuição do PBF era maior. No caso da Família Bb o valor recebido é o maior responsável pela alimentação das famílias. Esta família é a que demonstra estar mais exposta à vulnerabilidade social. No caso da Família Ee, o valor recebido corresponde aos gastos com a alimentação da criança que somente pode se alimentar com um determinado tipo de leite. Já no caso da Família Nn, como pode ser identificado nas declarações a seguir, o recurso é utilizado para pagamento da energia elétrica e água.

Já para as famílias que recebem somente o valor correspondente a cada filho beneficiado, e que correspondem à maioria dos entrevistados, por se tratar de valores menores, acabam considerando que o benefício não representa tanto no que é gasto mensalmente com alimentação. Na entrevista da Família Jj pode-se perceber: “O dinheiro do Bolsa Família não dá nem pro arroz. Porque eu ganhava R\$ 22,00 e agora acho que vai pra R\$ 32,00. Dá dois pacote de arroz”. Já para a Família Kk, o benefício é para a alimentação da filha, como segue: “Tem que *botá* mais dinheiro do que a gente trabalha, *tamém*. Eu recebo só R\$ 32,00 então dá pra *botá* alguma coisinha que ela *quera*, uma banana, uma fruta...essas coisa ainda dá pra *colocá*”. Na entrevista da Família Ii complementa as citadas e destaca os aumentos recentes na alimentação que correspondem à diminuição do poder de compra: “Olha... alimento tá caro... Minha Nossa Senhora... Tu vai no mercado com R\$ 100,00, tu não

compra... leva 3, 4 sacolinha na mão”.

Os gastos com alimentação citados pela maioria das entrevistadas correspondiam a aproximadamente R\$ 200,00/mês. Como pode ser levantado nas entrevistas, somente 3 famílias de agricultores familiares recebem o valor fixo mais o valor variável por filhos. Dessa forma, como a média de membros enquadrados no PBF por família é de 1,5 pessoas, o valor recebido é de aproximadamente R\$ 50,00, o que corresponde a aproximadamente 25% dos gastos com alimentação.

Porém, para as famílias que tem necessidade de adquirir leite, principalmente para as crianças, o benefício é todo gasto nisso. Pode-se identificar essa situação na entrevista da Família Ee, “Ah, ajuda bastante. Mas mais do benefício que eu recebo vai pro leite da nenê. Eu gasto R\$ 90,00 mais ou menos por mês só de leite. Eu compro de caixinha, que ela não pode mamá outro tipo de leite, só aquele ali.”

Na Família Oo, a entrevistada destacou que o BPC também contribui para a aquisição de alimentos. De acordo com a entrevistada: “Não é o suficiente, falta um pouquinho. Porque... ainda que ele recebe (BPC) porque daí a gente ‘enterra’ com pouco... E o que sobra, eu compro remédio, a gente não bota nenhum centavo fora”.

Em alguns casos, porém, o recurso é dos filhos que cumprem as condicionalidades, como afirmado pela entrevistada da Família Gg: “Não, não. Que nem o Bolsa Família é só *pro piá*. Ele se compra *ropa*, calçado... e as coisa tudo o que é pra ele. De alimento só mesmo alguma coisinha que ele pede, que nem quando dá vontade, daí eu compro, senão, não”. Situação semelhante é encontrada na Família Aa: “O dinheiro desse Bolsa Família é pra ele compra a roupa pra ele e o material pro colégio...Difícil sobrar, né, porque sempre tem que pagar uma coisa e outra lá no colégio. Esse é dele, esse não é nosso”.

Na família Cc, a entrevistada destacou que quando recebia mais, devido ao valor fixo, conseguia comprar roupas. Assim, ela faz um breve relato das mudanças e de como organizava o recurso que recebia. Percebe-se que existe um ar de insatisfação na sua declaração,

Ropa nem dá pra compra. Primero quando vinha noventa e *poco* eu pegava *ropa* pra eles ali no mercado... Eu pegava abrigo, camiseta, calção, pra eles, né. Aí agora, daí não dá. Daí eu, o material eu pego em 2 *vez*, porque não chega. Daí eu o mais o que precisa, que nem no colégio me disseram: ó tu pega o que era pra pegar o que mais precisa, né, o lápis, as coisa assim... que esses dicionário essas coisas, disse aqui

nóis ajeitemo. Porque não dá, eu disse é caro o material pras piazada. Primeiro o material, eu quando chega o início das aula, eu já seguro pra eles, pra paga o material. Depois comida eles vão *trabaiá* por dia, ajeitam dinheiro. E *ropa* é tudo dado. Eu não compro. Esse ano..., vou te pedir uma coisa: vai *tê* campanha do agasalho esse ano? O ano passado eu queria coberta e não consegui nenhuma.

Em se tratando de prioridades com os gastos, na Figura 04, são apresentadas as respostas das entrevistadas que enumeram de forma decrescente os gastos dos recursos do PBF. A prioridade com alimentos foi informada por quase metade das entrevistadas, seguida por entrevistadas que priorizam a compra de material escolar e posteriormente vestuário como roupas e calçados. Os medicamentos foram classificados como menos importantes, uma vez que a maioria é fornecida pelo Centro Municipal de Saúde Silvio Ceratto (Unidade de Atendimento Municipal do SUS).

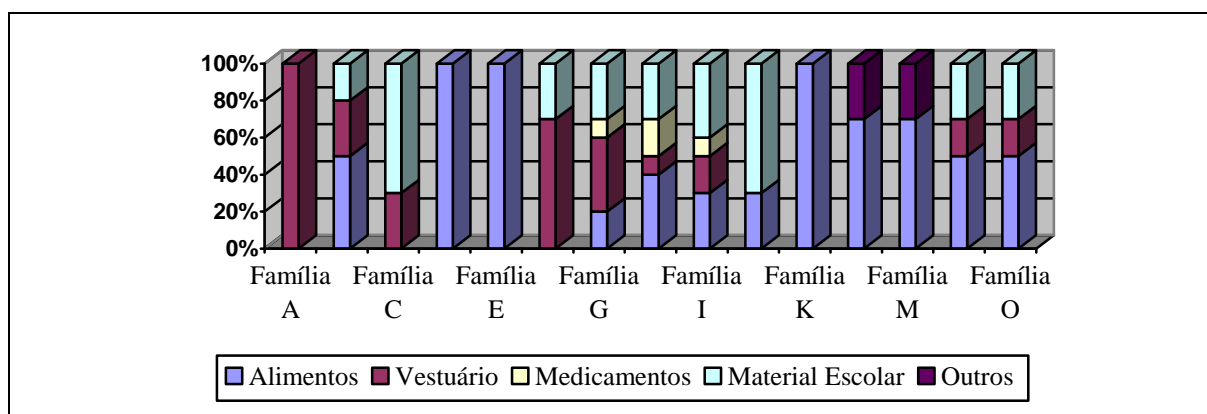


Figura 04 – Prioridades de gastos com o benefício pelas famílias de Camargo-2011
Fonte: dados primários, 2011.

Percebe-se que as famílias que recebem o valor de R\$ 32,00 por filho, tem dificuldade em estabelecer prioridades. Como no caso da Família Hh que afirma usar o recurso com o que é necessário no momento: “Das vez a gente recebe e precisa uma coisa agora nesses dia, eu compro aquela. Precisa de outra, compro outra. Sempre assim.”

Em relação aos outros gastos destaca-se a utilização do recurso para o pagamento de água e luz. No depoimento da Família Nn pode-se observar essa prioridade: “Mas eu, a primeira coisa quando eu *vô recebê* o Bolsa Família, eu já deixo R\$ 50,00 pra luz, né. E depois pra água. E o nenê sempre precisa compra alguma coisa pro colégio, né. Tem que *ajudá* ele *comprá* uma roupa, um tênis, uma coisa assim, né”.

4.2.5 Alimentação das famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-RS

Durante as entrevistas foi questionado às famílias sobre a variedade de alimentos servidos em cada refeição. Além disso, destaca-se que todas as famílias visitadas realizam no mínimo três refeições. Como pode ser visualizado na Tabela 06 estão representadas as respostas obtidas. De acordo com as entrevistadas é costume servir de 2 a 4 tipos diferentes de alimentos, a não ser quando esperam visitas. Entretanto, apesar das dificuldades, têm consciência da necessidade de controlar desperdícios. Na entrevista da Família Hh, destaca “Não *sô de fazê* muito pra *esbanjá*. Não *sô de botá* fora comida. Por que eu faço mais ou menos o que a gente come, né”.

Tabela 06 – Variedade de alimentos servidos em cada refeição pelas famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011

Alimentos	Famílias															Total
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	
Menos de 2 tipos																
De 2 a 4 tipos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Mais de 4 tipos																

Fonte: dados primários, 2011.

Conforme o Resumo Executivo do CONSEA (2010) identifica-se uma gradual perda dos valores culturais e regionais relacionados à alimentação, incluindo a tendência de redução do consumo de alimentos tradicionais, como o arroz com feijão, de frutas, verduras e legumes regionais. Entretanto, no levantamento de dados com as famílias entrevistadas, isso não foi verificado, uma vez que a maioria absoluta alimenta-se diariamente de arroz e feijão, acompanhado de saladas, e um tipo de carne ou legumes. Exemplo disso é afirmação da Família Aa: “Arroz, feijão, e um tipo de carne (galinha, porco). Às vezes, faço salada, mandioca ou batata doce”.

Tabela 07 – Alimentos mais consumidos pelas famílias beneficiadas pelo PBF de Camargo-2011

Alimentos	Famílias															Total
	Aa	Bb	Cc	Dd	Ee	Ff	Gg	Hh	Ii	Jj	Kk	Ll	Mm	Nn	Oo	
Polenta	X					X	X									3
Feijão		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	14

Arroz		X		X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	12
Massa			X						X			X				3
Carne			X	X		X	X		X	X			X			7
Batatinha						X							X			2
Verdura						X								X		2
Pão										X						1
Café													X			1

Fonte: dados primários, 2011.

Na entrevista da Família Ff aparece uma alteração na alimentação das famílias do interior do município, causada, principalmente pela exigência de empresas integradoras. É o caso da diminuição da frequência e oferta de ovos de galinha caipira. A entrevistada afirma:

Das *vez* faço massa... disse é difícil ovo *tamém*, disse, das *vez*... no mercado tem, mas eu não gosto de *pegá* aqueles ovo no mercado que é... ele... a massa a gente vai fazendo, fica uma massa branca. Eu gosto que fica cor da massa mesmo. Daí das *vez* eu prefiro... assim, se eu encontro ovo daí eu faço, se não eu pego a massa comprada e faço. Mas daí, só que eu não me agrado com aquela massa. Daí eu disse, parece que não é aquela feita em casa. Que a gente se acostuma, né (afirmação da entrevistada na Família Ff).

Apesar de comerem mais, as famílias brasileiras ainda não conseguem escolher sempre os alimentos consumidos. Isso é o que indica a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009 (ISTOE, 2011). De acordo com a pesquisa, apenas 35,2% delas consomem sempre os alimentos "do tipo preferido", enquanto 52% nem sempre conseguem comer o que querem. Outras 12,9% das famílias "raramente" consomem o tipo preferido de comida. Na pesquisa realizada com os agricultores familiares beneficiários do PBF do município de Camargo-RS foram relatados que os alimentos consumidos são os preferidos, apesar de, conforme a Família Cc "Não dá pra comer muita coisa boa".

Em relação à qualidade dos alimentos consumidos, a maioria absoluta concorda que é boa. Somente a Família Gg considera que é regular conforme Tabela 08. De acordo com a entrevistada, essa classificação tem relação com o tipo de alimentos que consomem. A qualidade neste caso assume o significado de saudável, como pode ser identificado na afirmação: "Porque a gente sempre,... mais saudável, quanto mais a gente pode, salada sempre a gente tem".

Tabela 08 – Qualidade dos alimentos consumidos sob a visão dos beneficiários do PBF de Camargo-2011

	Famílias															
Qualidade	Aa	Bb	Cc	Dd	Ee	Ff	Gg	Hh	Ii	Jj	Kk	Ll	Mm	Nn	Oo	Total
Muito Boa																
Boa	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	14
Regular							X									1
Fraca																

Fonte: dados primários, 2011.

Nas demais famílias, as afirmativas relacionavam a qualidade com a origem dos produtos, sendo produzidos de forma natural, sem utilização de produtos químicos. Por exemplo, na Família Nn, na qual a entrevistada afirmou: “Ah... mas é bom porque é quase tudo *criolo*, né”. Já a Família Hh, relaciona o feijão com o ferro: “Bom porque o feijão é uma vitamina que contém ferro, que é o que mais precisa, né”. Na sua concepção, o ferro é a vitamina mais importante. E por fim, a Família Jj relaciona a qualidade dos alimentos com o aumento no peso: “Pra mim eu acho que boa, porque pra tá com essa gordura, tem que ser bom né”.

Na Tabela 09 todas as entrevistadas afirmaram que a quantidade de alimentos servidos em cada refeição era suficiente.

Tabela 09 – Quantidade dos alimentos servidos sob a visão dos beneficiários do PBF de Camargo-2011

	Famílias															
Quantidade	Aa	Bb	Cc	Dd	Ee	Ff	Gg	Hh	Ii	Jj	Kk	Ll	Mm	Nn	Oo	Total
Abundante																
Suficiente	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	15
Insuficiente																

Fonte: dados primários, 2011.

Como afirmado pela entrevistada da Família Jj: “Pra mata a fome dá, né. Mas tem dia que aperta também, né”. Neste sentido, a Família Mm também destaca “Fome, graças a Deus hoje, nós não *passemo*. Só que né, chega uma hora que não tem, e daí às vezes, a gente deixa uma continha de fora pra daí...”.

A entrevistada da Família Nn destaca que “Sobra não sobra, porque a gente faz e sabe que tem que *popá*. Mas eu não gosto de *fazê* comida pra joga fora. Faço só o que preciso”.

Assim, cita-se outras ressalvas sobre o cuidado e controle sobre os alimentos para que a quantidade seja suficiente. A entrevistada da Família Hh afirma: “Meio controlado, porque tem que controla né, pra pode...”. Na Família Ii, também é possível perceber o cuidado com a quantidade de alimentos servidos: “Porque não adianta *fazê* demais e depois vai fora. Daí tem que leva, porque não é só hoje né. Precisa pra amanhã, *tamém*”.

A principal refeição é o almoço. Para essa refeição é quando as entrevistadas mais preparam alimentos e onde podem ocorrer sobras. Algumas vezes, as sobras são intencionais, pensando na janta. Pode-se perceber isso na afirmação da entrevistada da Família Cc: “*Má* eu só faço a medida, mais ou menos pra que, *às veiz* que sobre um pouquinho e renove de noite. *Das veiz* nem esquento, porque não tem geladeira”. De acordo com a Cartilha Segurança Alimentar do Instituto Giramundo Mutuando a população mais carente também é privada de alimentos de boa qualidade, dos equipamentos necessários para conservá-los e prepará-los e tem menos acesso à informação sobre uma alimentação sadia e nutricionalmente adequada.

4.2.6 Mudanças na vida com o benefício do PBF

Para todas as entrevistadas, após o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família as mudanças foram positivas. Entretanto, ao questionar sobre quais seriam as principais mudanças, algumas respostas foram vagas. Porém, a maioria delas estava relacionada com a aquisição de material escolar para os filhos e alimentos para as famílias.

Além dos valores a serem recebidos, a Família Dd ressalta como melhoria a frequência do recebimento, declarando: “Com certeza. Porque aquele lá você sabe que *tudo os mês* vem, né”. E sobre as principais mudanças, a Família Kk destaca: “Mudo porque de antes ela pedia alguma coisa e *às veiz* a gente não tinha dinheiro pra compra. Daí com esse dinheiro, ajuda pra *comprá* as coisinha que ela *qué*, já dá”. Conforme a entrevistada da Família Gg, o benefício proporciona à família a possibilidade de poupar, como pode ser visto na declaração: “Ajuda bastante. Que nem aquele dinheiro que eu tirava do meu bolso já... nesse caso já me ajuda... ‘um eito’, diz aquele”.

Outro fator identificado nas mudanças é o aumento do poder de compra das famílias que recebem o benefício. A Família Ii demonstra em sua afirmação: “Ah, mudo. Primeiro,

que nem diz aquele, a gente pobre não tinha condições de compra, né. E daí, com aquele dinheiro ali, dá pra compra *muitas coisa*, né, pras piazada”. Além do aumento do poder de compra, a entrevistada da Família Jj, ressalta que as oportunidades para fazer “bicos”, não aparecem com a mesma frequência, como há certo tempo,

Ah, mudo muito. Tinha que trabalha mais né. Falta sempre aqueles troquinho, pra compra. E dia de hoje não aparece mais tão fácil os serviço que nem uma vez. Uma vez era mais fácil pra i quebra milho, pra i carpi, agora ninguém mais vai carpi, ninguém mais ... *Carpi* só a gente em casa, que carpe, mas agora pra fora não é fácil acha um que vai *carpi* (afirmação da entrevistada na Família Jj).

Nas famílias Aa e Ff, o destaque nas respostas enfatizam melhorias na aquisição de material escolar e na aquisição de vestuário. Conforme a entrevistada da Família Ff “... eu disse o que a gente pega, trabalha, ganha um pouquinho. Eu digo, na roça é difícil da gente ter o dinheiro... A gente se ajuda, compra junto. Aquele da piazada, ele disse, tu pode compra material pra eles, *ropa*, calçado...”.

Além do valor utilizado na aquisição de alimentos, foram destacados os pagamentos de luz e de gás. A Família Cc levantou também os descontos na conta da energia elétrica para as famílias que estão inscritas no PBF, porém, de acordo com ela: “Teria também o desconto na luz, mas ele não foi vê ainda *comé* que é...”. Na Família Nn, o benefício colabora para o pagamento do gás e para alguns mantimentos que faltam.

De forma geral, as mudanças foram positivas, principalmente em relação à aquisição de alimentos. Na Família Oo, a declaração sobre as mudanças se referiam à períodos de pobreza extrema anterior ao benefício: “Agora graças a Deus *temo* bem. Porque primeiro, *óia*, eu passava trecho *brabo*... Deus meu... só Jesus pra *sabe*”.

Somente duas famílias citaram que não houve mudanças significativas após o recebimento do PBF. Na Família Mm, que recebe o benefício correspondente a somente um filho: “Não... não mudou. Pra mim não tem muita diferença. Ajuda um pouquinho é, quando a gente tá meio apertadinho. Mas bem *poquinho*, porque vai dá o que? R\$ 42,00 quando eu ganhava da outra, mas agora só dessa R\$ 22,00, daí?”

4.3 DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO E VIABILIZAÇÃO DO PBF NO MUNICÍPIO DE CAMARGO-RS.

De acordo com a assistente social, as maiores dificuldades para exercer a gestão do PBF estão relacionadas com o sistema, devido suas inconsistências, irregularidades e demora na concessão de benefícios para famílias com extrema necessidade. Dentre as inconsistências que o sistema apresenta a gestora do PBF cita: demora no reconhecimento de alterações nos campos cidade, escola, unidade de saúde responsável pela pesagem; demora no reconhecimento na idade de jovens acima de 16 anos para mudança de valor do benefício; bloqueios irregulares por renda *per capita* maior, mesmo quando cadastros se enquadram nas regras; aparecimento de famílias de outros municípios na relação das famílias beneficiadas no município.

Outra dificuldade é a conscientização das famílias beneficiárias sobre o funcionamento do programa, de forma geral, principalmente no que tange ao cumprimento das condicionalidades. Conforme a gestora, alguns casos onde o benefício foi cortado pelo não cumprimento da condicionalidade relacionada com a frequência escolar, as famílias afirmam que os filhos somente retornarão aos estudos após a liberação do recurso. Outra situação suspeita, de acordo com a gestora é o ato de não emitir notas de Modelo XV para se enquadrar na renda mínima necessária para participar do programa.

Apesar de manter a continuidade no acompanhamento das famílias beneficiadas, a Assistência Social destaca que ainda existem muitas ações que poderiam ser realizadas. De acordo com a assistente social, apesar de demandar mais carga horária aos profissionais, seria interessante uma parceria assídua, juntamente com a EMATER e com a nutricionista. Por meio desta parceria, propõe-se intervir conjuntamente com a gestão do PBF nas famílias, para criar alternativas diante de cada realidade, a fim de buscar o melhoramento da alimentação destas famílias, especialmente na área rural, onde poderia partir a produção de alguns alimentos do consumo familiar.

4.3.1 Fiscalização das condicionalidades

Ao serem questionadas sobre a forma de fiscalização das condicionalidades, muitas entrevistadas não souberam responder. Parecia ser uma ação distante. Em alguns casos as respostas obtidas não condiziam com a pergunta, em outros as respostas eram vagas e correspondiam ao que era a condicionalidade.

Na maioria dos casos em que as crianças estão em idade escolar, às respostas afirmavam que a fiscalização se dava através de informações repassadas pelo colégio. Para as crianças menores de 7 anos, a maioria respondeu que tem que levar no posto pesar. Porém, de acordo com a nutricionista, ainda existem algumas irregularidades nos períodos. Quando não comparecem enviam bilhetes cobrando a presença para a pesagem.

A Família Bb e a Família Ff informaram que além da pesagem e do colégio, os filhos também participam dos projetos sociais oferecidos pela Assistência Social. A entrevistada da Família Bb declara: “A gente tem que *levá pesá né*. E eles vão no projeto *tamém*. O projeto é ali na assistência social. E no colégio, é lá na escola que eles fazem o acompanhamento”. Para a Família Cc é difícil controlar se os filhos realmente vão para o colégio: “... primeiro sempre tinha que levar ele pesar, até os sete, né. Agora não precisa mais porque ele já tem a idade. No colégio ele vai, mas *as veiz* eu acho que ele escapa de lá, não sei te *dizê* a verdade”.

Percebe-se controle mais efetivo por parte do colégio, uma vez que houve corte do benefício por abandono das aulas de um filho beneficiado. Na entrevista com a Família Ll a mãe destacou: “Eu não sei como que foi que eu perdi. De certo lá no colégio que informam que ele não vai mais”. Ainda sobre o controle do colégio, a entrevistada da Família Jj afirma: “O colégio controla muito. E a gente também controla, né. Tá sempre em cima né”. Ainda sobre a frequência nas aulas, a entrevistada da Família Gg informa que quando solicitada comparece até o colégio quando chamada. Já a entrevistada da Família Nn, afirma que periodicamente vai até o colégio para ver se precisam de algo. Conforme ela, o filho esteve com notas baixas, então começou a incentivar e insistir para que ele estudasse mais e agora, as notas estão melhorando. Para ela, “... sempre tem que dá uma *passadinha* no colégio porque é o “*direito*” (*dever*) do pai e a mãe. Tem que *fazê* isso”.

Entretanto, a entrevista da Família Kk chama a atenção para a declaração que a mãe

concede: “Recebo normalmente, não faço nada”. Esta família encontra-se em situação de pobreza e segundo a assistente social, são cobrados todos os meses a pesagem da criança como condicionalidade para o recebimento do benefício. Porém, nem sempre os pais cumprem as obrigações. Optou-se por manter o benefício para não prejudicar a família, mas estão cobrando que a mãe traga a filha para pesagem.

Apesar de a maioria concordar com as condicionalidades vinculadas ao recebimento do benefício, de acordo com a gestora do programa, cerca de 50% das famílias ainda resistem no cumprimento integral de suas obrigações. Quando questionadas sobre o que achavam das condicionalidades, a maioria não tinha pensado ou entendido o porquê delas. Entretanto, das quinze famílias entrevistadas, oito delas responderam que concordavam, sem justificar. Outras duas famílias, porém buscavam respostas. A entrevistada da Família Aa demonstra com a seguinte pergunta: “Mas *óia*, eu acho que isso aí é o certo porque se ele não fosse, daí eu ia recebe por quê?”. A entrevistada da Família Ll também não tem posição firme, e afirma: “*Vô dizê* o quê?!... é... de repente seja certo”.

Já a entrevistada da Família Mm na sua resposta afirma que não entendeu as mudanças que ocorreram nos benefícios sociais recebidos. A resposta dela traduz sua dúvida: “Tá, eu não entendi quase nada. Porque diz que Nas declarações das famílias, pode-se identificar o entendimento da necessidade de acompanhar as famílias essa bolsa era Bolsa Família, e não Bolsa Escola, né. Porque a Bolsa Escola, esses tempinho atrás, vinha vale gás e bolsa escola, daí não era o Bolsa Família. Daí eu não entendi o que *qué* significa o colégio...”.

No caso das Famílias Hh e Nn, as respostas afirmativas justificam com a necessidade do estudo para as crianças. A entrevistada da Família Hh declara que além da filha saber que tem que ir, a mãe cobra: “... e uma que eu *sô* de dá em cima que tem que *estudá*, né”. No caso da Família Nn, a entrevistada demonstra a consciência da importância do estudo, como uma contrapartida para o recebimento: “Ah, mas eu acho que é muito bom isso aí. A criança tem que *tê* estudo e tem que tá no colégio pra *podê tê* esse direito né. Porque é um direito né, que tem que estuda... e tem que também... não é só...”.

Duas respostas diferem da maioria, a da Família Dd e a da Família Ii e a certeza de que o recurso está beneficiando famílias que realmente precisa. A entrevistada da Família Dd declara: “Por uma parte é bom né, porque eles precisam saber como é que vai indo. Não pode manda o dinheiro sem saber se a pessoa tá precisando, né”. E na Família Ii, existe percepção

da necessidade de cobrança como forma de incentivo, pois na visão da beneficiária, “Ah... eu acho bom. Porque, né... hoje muitas crianças ganham e não vão. Eu acho que se o colégio não *coisa...* a maioria nem vai... não participa... e ganha a mesma coisa”.

4.3.2 Perspectivas das famílias em relação ao PBF

Observando as respostas de todos os beneficiários do Programa Bolsa Família entrevistados, todos afirmam que pretendem continuar no programa. A entrevistada da Família Aa declarou: “Pra mim tá sendo bom, porque se eu compro com esse dinheiro dele, se falta eu *enterro* com o meu. E vai indo.”

Porém, em algumas famílias é possível identificar a consciência de que, ao tomar uma posição melhor e conquistar melhores condições de vida, o benefício passa para outra família que esteja precisando mais. No caso da Família Gg, a entrevistada declarou: “Ah, se dá pra *continúa*, a gente continua. Se *tocá* de saí...” (abriu as mãos em questionamento e riu). Situação semelhante com a resposta dada pela entrevistada da Família Ii: “Ah, enquanto eu *encaxa* no cadastro eu continuo. Se um dia daí, passa, pode né, passa pra outro que de repente tem gente que precisa mais do que eu. Mas por enquanto, até que eu tive dentro, eu continuo e daí se um dia passa...”. Apesar da vontade de permanecer a entrevistada da Família Nn também comenta sobre o recebimento: “Eu queria sempre continua, né. Mas não é que só depende da gente, né, porque eu não sei até quando vai, né. Assim que eles...”.

Além do recebimento do benefício, a entrevistada da Família Jj destaca: “Ah, eu até que consigo *continúa* eu *vô* continua. Eu *tô* gostando mais de vim no projeto do que *trabalhá*”. Através desta declaração, pode-se perceber que o recurso financeiro não é o único benefício proporcionado aos agricultores. O fato de fazerem parte de uma organização e de participar da sociedade, também traz satisfação aos beneficiários.

A maioria das entrevistadas confirmou estar satisfeitas com a estrutura do Programa Bolsa Família. A beneficiária da Família Aa declara: “Eu até não posso reclama nada, eu pra mim tá bom assim”. Outras cinco famílias sugeriram que o valor fosse reajustado. Todas as famílias que sugeriram o aumento recebem somente o valor correspondente a cada filho. Na

Família Cc, a justificativa para o aumento do valor é, principalmente, a aquisição de roupas e calçados.

“Pra muda tinha que ser um aumento né, um pouco mais pra pode compra ropa. Eles pedem ropa, a gente... é caro né.. não dá pra compra ropa pra eles. Eu com esse poquinho ali... Tava falando hoje pra ela, uma jaqueta boa, mas não dá é caro as jaquetas. É cento e pouco daonde vai arrancá com cento e pouco?! Eu, o ano passado não achei uns moletonzinho pra eles. Não consegui achar”.

Ainda em relação à solicitação de aumento, outras justificativas foram apresentadas. A entrevistada da Família Mm questionou: “Eu preferia que aumentasse a Bolsa Família, porque vai fazer o quê com R\$ 22,00?”. A mesma reivindicação foi feita pela entrevistada da Família Jj: “Eu acharia até que se viesse um pouco mais de dinheiro, *taria* bom né, porque R\$ 33,00, dia de hoje não se faz mais nada, né. Se viesse mais seria bom, mas se não vem tá bom assim *tamém*, né. Não ganhar nada é pior”. A entrevistada da Família Nn, também sugeriu o aumento, porém com outra conotação: “... se a gente pudesse mais, né... Mas assim, tá bom. Se continua assim, né, porque não é só eu. Todo mundo precisa, então tem que vê também, né. Já ajuda bastante, Deus o livre”.

Em se tratando, especificamente dos beneficiados entrevistados, no caso de Camargo-RS uma das mais sugeridas alterações, diz respeito aos pontos de pagamento do benefício, uma vez que não há agência da Caixa Econômica Federal (CEF). Para receber o recurso as famílias tem que se deslocar até cidades vizinhas. Neste caso, como levantado pelas próprias famílias, o gasto do traslado, em muitos casos, corresponde a mais do que a metade do valor recebido. Essa situação pode ser percebida, na declaração da Família Ii:

Que viesse no Camargo (risos), pra gente recebe, né. Porque agora, o micro vai sai à meia hora. Daí não tem condições de í né. Daí tu vai tê que pagá uma corrida de lá pra vim, daí vai R\$ 20,00 vai já na coisa, né. Daí pra melhorasse se viesse aqui, pra Camargo, a Caixa, né, pra gente recebe.

Durante o levantamento de sugestões de melhorias no PBF, uma das entrevistadas solicitou o aprimoramento do programa que libera recursos para a reforma das residências da agricultura familiar. Na Família Ll, a preocupação da mãe é: “... precisava do quarto pra nenê, porque ela tá dormindo junto com os piás. Fui lá falar pra *fazê*, diz que não tem vaga agora. Queria separa ela porque ela tá ficando mocinha”. Conforme, a assistência social, esta família tem problemas com drogadição e alcoolismo, aumentado o risco de exposição da filha menor.

Finalmente, apesar de ser uma família que afirma concordar com o formato atual do programa, destaco o depoimento da Família Oo. Conforme a entrevistada, “pra mim tá bom assim. A gente é carente não tem o que *fazê* de outra coisa né. Só o que eu posso *pegá* é da Bolsa Escola e do guri (BPC). O que eu trabalho na APAE dá pouquinho, dá só R\$ 60,00 se eu não *fartá*, daí deu”. Nesta afirmativa, percebe-se que a família não tem perspectivas de melhorias nas condições de vida e na capacidade de inserção no mercado de trabalho. Em todas as respostas e através da visita realizada, pode-se verificar que é uma família que depende dos benefícios sociais para sobreviver.

Apesar de o benefício ter objetivo de oferecer suporte imediato às necessidades das famílias carentes, percebe-se não é visto, por muitos, desta forma. Isso porque, a maioria dos beneficiados não percebe que se trata de um programa de transferência de renda temporário até que as famílias possam produzir o suficiente para atender suas necessidades básicas de saúde, alimentação e educação. Dessa forma, o recurso financeiro é o principal benefício do Programa percebido pelas famílias entrevistadas, sendo também a principal perda identificada em caso de desligamento do PBF.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Bolsa Família é um programa nacional de transferência direta de renda, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, mediante o cumprimento de condicionalidades. Integra um programa maior, o Fome Zero, promovendo a SAN, assegurando o DHAA e contribuindo para a cidadania da população mais vulnerável socialmente.

O PBF atende cerca de 12,2 milhões de famílias em todo país, contribuindo na redução das desigualdades sociais e da pobreza da população, apontando queda na pobreza extrema em 60% no período de 2003 a 2008 (MDS, 2011). Baseia-se em três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. Os quais atuam de forma imediata, amenizando o problema da fome, reforçando os direitos sociais das crianças e jovens, e de forma complementar, objetivam o desenvolvimento das famílias, visando à superação da situação em que se encontram.

A transferência direta de recursos é amplamente divulgada. Dessa forma, a sociedade acaba identificando o Programa como assistencialista, com campo propício para práticas populistas, remetendo aos históricos de desvios de recursos e corrupção, sendo muitas vezes repudiado pela população. Porém, a mesma sociedade que tem restrições a estes programas, possui mecanismos geradores de desigualdade e pobreza, tornando necessário o investimento permanente do Estado. Referindo-se às carências alimentares e nutricionais, a intervenção do Estado torna-se urgente, ao passo que a alimentação tem reflexos diretos na saúde da população (MALUF, s/d).

A gestão do PBF é descentralizada e compartilhada pelas três esferas da união. Em Camargo-RS, o Programa foi implementado em 2003, mesmo ano da criação nacional. Para o desenvolvimento desta pesquisa analisou-se o funcionamento do PBF quanto a SAN das famílias de beneficiários residentes na zona rural de Camargo-RS, por meio dos dados levantados com a gestora do Programa.

De acordo com as entrevistas realizadas, percebe-se que dos três pilares básicos deste Programa, o primeiro funciona integralmente, o segundo parcialmente e o terceiro é praticamente inexistente. Diante deste diagnóstico, o programa tende a atender cada vez mais

famílias, porém não de forma integral, distorcendo em parte o objetivo pelo qual foi constituído. A prioridade da gestão é cadastrar as famílias e oferecer suporte às obrigações burocráticas do Programa. Em relação ao cumprimento e controle das condicionalidades, percebe-se que as informações, em alguns casos, são desconstruídas, principalmente em relação à pesagem das crianças. Os casos registrados de exclusão de membros enquadrados, somente ocorreram por irregularidades na frequência escolar, apesar de haver depoimentos de que não são frequentes as pesagens.

Os programas complementares, que visam a melhoria socioeconômica e o desenvolvimento das famílias beneficiadas, tem pouca representatividade nas ações e foram pouco citados nas entrevistas realizadas. Apesar disto, algumas famílias destacaram que participam dos programas oferecidos e usam os aprendizados para melhoria das condições de vida. Percebe-se neste sentido, que existe uma grande lacuna a ser melhor gerida e que pode oferecer melhorias consideráveis para as famílias atendidas, de forma a deixarem de necessitar do PBF.

Enfim, o PBF proporciona aos agricultores familiares uma renda complementar aos recursos gerados pela família, contribuindo para a SAN dos membros. Os agricultores beneficiados pelo PBF diferem dos beneficiados da zona urbana, porque são produtores de alimentos para autoconsumo, o que reduz os gastos com alimentação. Dessa forma, o benefício acaba por contribuir com outras despesas do domicílio. Como o Programa é caracterizado pela transferência direta de renda, é difícil a comprovação da finalidade da utilização do recurso. Os dados apresentados são baseados nos relatos dos entrevistados, e podem comprometer a confiabilidade das afirmações descritas. Entretanto, quando a necessidade do benefício é explícita, a importância e a dependência do PBF são evidentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Brasil sem miséria**. Disponível em: <<http://www.brasilsemiseria.gov.br>> Acesso em: julho, 2011.

BRASIL. **LOSAN, Lei Orgânica Segurança Alimentar e Nutricional**. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03.htm> Acesso em: abril, 2011.

BRASIL, **Constituição Federativa do Brasil de 1988**. Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 64, de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/.htm> Acesso em: junho, 2011.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 312-347. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>> Acesso em: abril, 2011.

CALIXTO, Laura. **Estudos de Caso Sobre Custos Ambientais: Ênfase Nos Procedimentos Metodológicos**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v10n2/05.pdf>> Acesso em: junho, 2011.

CAMPOS FILHO, Antonio Claret. **Transferência de renda com condicionalidades e desenvolvimento de capacidades: uma análise a partir da integração dos programas Bolsa Família e Vida Nova no município de Nova Lima**. 2007. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/EPPGG/producaoAcademica/Tese_Claret.pdf> Acesso: março, 2011.

CONSEA. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil**. Indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes>> Acesso em: maio, 2011.

CONSEA. **Agrotóxicos: Contaminação dos alimentos e a saúde pública**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/noticias/noticias/2011/04/agrotoxicos-contaminacao-dos-alimentos-e-a-saude-publica>> Acesso em: junho, 2011.

CONSEA. **Construção do Sistema e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira**. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/download>> Acesso em: junho, 2011.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15624/000661531.pdf?sequence=1>> Acesso em: abril, 2011.

CONTI, Irio Luiz. **Fórum, crises e oportunidades.** Disponível em: <http://www.jornaldosite.com.br/materias/artigos&cronicas/anteriores/irio%20conti/artigoirio_conti138.htm> Acesso em: abril, 2011.

DUARTE, Gisléia Benini et al. **Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais.** *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2009, vol.47, n.4, pp. 903-918. ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf>> Acesso em: março, 2011.

FRITZ, Karen Beltrame Becker et al. **A insegurança alimentar no Rio Grande Do Sul: uma análise comparativa entre o rural e o urbano.** Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/473.pdf>> Acesso em: abril, 2011.

GAZOLLA, Márcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai-RS.** Disponível em: <<http://www.cesnors.ufsm.br/professores/oscar/textos-didaticos/textos-de-sociologia-rural/Dissertacao%20de%20Marcio%20Gazolla.pdf>> Acesso em: março, 2011.

GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sergio. **"Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul.** *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2008, vol.46, n.2, pp. 481-515. ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n2/v46n2a08.pdf>> Acesso em: março, 2011.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso.** 1ª edição. Editora Princípio, 2006. Disponível: <<http://books.google.com.br/books?metodologia&f=false>> Acesso em: junho, 2011.

IBGE. Subsídio para Balanço das Ações Governamentais de Segurança Alimentar e Nutricional e da Implantação do Sistema Nacional. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/.../%20Subsidio%20para%20Balanco%20das%20Acoes%20Governamentais%20d>> Acesso em: abril, 2011.

IBGE. **POF 2008/09 mostra desigualdades e transformações no orçamento das famílias brasileiras.** Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/presidencia/noticias>> Acesso em: junho, 2011.

IPEA. **Relatório Nacional de Acompanhamento.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: abril, 2011.

ISTO É. **IBGE: 35,5% dos brasileiros não têm alimento suficiente.** Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/26584_IBGE+355+DOS+BRASILEIROS+NAO+TEM+ALIMENTO+SUFICIENTE> Acesso em: junho, 2011.

JUS Brasil Legislação. Decreto 5209/04 | Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/97392/decreto-5209-04> Acesso em: abril, 2011.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORREA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, jan. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?scriptsci_arttext&pid=S1413-81232011000100022&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: abril, 2011.

KÜNNEMANN, Rolf; Leonhard Ralf. **Transferência de renda e metas de desenvolvimento para o milênio – uma abordagem de direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.fian.org/recursos/publicaciones/documentos/transferencias-de-renda-e-metas-de-desenvolvimento-do-milenio-2013-uma-abordagem-de-direitos-humanos/pdf>> Acesso em: abril, 2011.

MALUF, Renato S. et al. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. Revista Cadernos de Debate, vol. IV, UNICAMP, 1996, p. 66-88. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/Contribuicao_ao_Tema_da_Seguranca_Alimentar_no_Brasil.pdf> Acesso em: março, 2011.

MATTOS, Ely José de; WAQUIL, Paulo Dabdab. **Pobreza rural no Rio Grande do Sul: comparando abordagens**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 28, Número Especial, p. 615-642, 2008. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios>> Acesso em: maio, 2011.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão e ZANETTI, Cândida. **Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação**. *Rev. Nutr.* [online]. 2008, vol.21, suppl., pp. 145s-158s. ISSN 1415-5273. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v21s0/13.pdf>> Acesso em: março, 2011.

MERTZ, *Marli*. **A agricultura familiar no Rio Grande do Sul: um sistema agrário colonial**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 277-298, abr. 2004. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2060/2442>> Acesso em: junho, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Plano Safra**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/diversos/plano_safra_net.pdf> Acesso em: junho, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. **Crédito rural**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>> Acesso em: junho, 2011

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS. **Benefícios Assistenciais**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais>> Acesso em: maio, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: abril, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Bolsa Família: manual de gestão de condicionalidades**. Secretaria Nacional de Renda e de Cidadania- SENARC. 1ª edição. Brasília, DF. 2006. Disponível em: www.mds.gov.br/.../menu.../manual_condicionalidades_final.pdf Acesso em: abril, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS. **Bolsa Família influi no aumento da renda na zona rural.** Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/noticias/bolsa-familia-influi-no-aumento-da-renda-na-zona-rural>> Acesso em: junho, 2011.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. MDS. **Bolsa Família influi no aumento da renda na zona rural. Disponível em:** <<http://www.mds.gov.br/noticias/bolsa-familia-influi-no-aumento-da-renda-na-zona-rural>> Acesso em: junho, 2011.

MORAES, *et al.* **Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural:** a realidade do município de Santa Rosa - RS. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf>> Acesso em: junho, 2011.

MOREIRA, Renata Couto et al. **Políticas públicas, distribuição de renda e pobreza no meio rural brasileiro no período de 1995 a 2005.** *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2009, vol.47, n.4, pp. 919-944. ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v47n4/a06v47n4.pdf>> Acesso em: março, 2011.

NEDER, Henrique Dantas e SILVA, Jorge Luiz Mariano da. **Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência.** *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2004, vol.42, n.3, pp. 469-486. ISSN 0103-2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v42n3/24506.pdf>> Acesso em: março, 2011.

UFRGS **O conceito de Segurança Alimentar.** Disponível em: <<http://www.segurancaalimentar.ufrgs.br/apresentacao>> Acesso em: março, 2011.

Pobreza rural no Brasil: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações. Disponível em: <<http://hdl.handle.net>> Acesso em: abril, 2011.

Previdência Social. **Aposentadoria por idade rural.** Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=15>> Acesso em: maio, 2011.

Resultados dos dados Estruturais dos Censos Agropecuários 1995-2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/graficos_dinamicos/censo_agro/default.htm> Acesso em: abril, 2011.

SANTARELLI, Mariana. IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas.** Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?>> Acesso em: abril, 2011.

SANTOS, Francis Dos; TONEZER, Cristiane; RAMBO, Anelise Graciele. **Agroecologia e Agricultura Familiar:** um caminho para a Soberania Alimentar? Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/549.pdf>> Acesso em: abril, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo D. **Caracterização sócio-econômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais.** Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/379.pdf>> Acesso em: março, 2011.

Secretaria da Saúde RS. **Primeira Infância Melhor.** Disponível em: <http://www.pim.saude.rs.gov.br/a_PIM/php/> Acesso em: maio, 2011.

SEGALL-CORREA, Ana Maria et al. **Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais.** *Rev. Nutr.* [online]. 2008, vol.21, suppl., pp. 39s-51s. ISSN 1415-5273. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v21s0/05.pdf>> Acesso em: abril, 2011.

Segurança Alimentar. **IBGE traça perfil inédito sobre Segurança Alimentar no Brasil.** 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia>> Acesso em: março, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, 16, abril 2001: 164-184. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil>> Acesso em: junho, 2011.

Subsídio para Balanço das Ações Governamentais de Segurança Alimentar e Nutricional e da Implantação do Sistema Nacional. Disponível: <www.mds.gov.br/sobreministerio/orgaoscolegiados> Acesso em: Abril, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: Anais. XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, out., 1996. Caxambu: ANPOCS, 1996. 18 p.

VARGAS, Ivens Cristian. **Banco da Terra:** fundo de terras e reforma agrária. Disponível em: <<http://www.webrural.com.br/webrural/artigos/credito/bterra.htm>> Acesso em: junho, 2011.

VILLABERDE, Maria SÉrgia. **Agricultura familiar e meio ambiente:** posições sociais e estratégias de agricultores assentados em área de proteção ambiental. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle>> Acesso em: junho, 2011

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. **As Políticas Sociais e os Direitos: alguns apontamentos sobre o Programa Bolsa Família no Nordeste.** Disponível em: <<http://www.ufpe.br/politica hoje/index.php>> Acesso em: abril, 2011.

APENDICE A - Roteiro de entrevista com o gestor público

- 1) Quando o município começou a cadastrar as famílias para participarem do PBF?
- 2) Como ocorre o processo de cadastramento dos beneficiários do PBF?
- 3) Existe algum acompanhamento ou complemento assistencial do município aos beneficiários do PBF? Qual? Como é realizado?
- 4) Qual é o número de pessoas cadastradas no CadÚnico que se enquadram no perfil de beneficiários do PBF?
- 5) Quantas famílias e que totalizam quantas pessoas são beneficiadas pelo PBF?
- 6) Quais os critérios de seleção dessas famílias? Somente os critérios do PBF nacional ou há critérios estabelecidos pelo município?
- 7) Se há critérios municipais, quais são eles? Por que foram estabelecidos?
- 8) Quais são as contrapartidas do município na execução do Programa?
- 9) Quais as vantagens do PBF para o município?
- 10) Quais são os programas federais, estaduais e municipais de SAN que estão sendo implantados no município?
- 11) Qual é o percentual do orçamento municipal que é investido em programas de SAN no município?
- 12) Existe alguma estratégia de ampliação destes programas? E do PBF?
- 13) Qual é o vínculo de relação do poder público com os beneficiários do PBF?
- 14) Há alguma política ou ação de estímulo específico aos agricultores familiares beneficiados pelo PBF? Quais? Como?
- 15) Como o poder público estabelece relação entre o PBF no meio rural e o estímulo a políticas que favoreçam o desenvolvimento rural e a consequente saída das famílias de agricultores familiares do PBF?
- 16) Alguma sugestão ou recomendação para incrementar o PBF e outras políticas de SAN no município?
- 17) Alguma sugestão ou recomendação para incrementar o PBF e outras políticas de SAN no município?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com a nutricionista

- 01) Quantas famílias são atendidas pelo Programa Bolsa Família no meio rural de Camargo-RS?
- 02) Quantas famílias estão em situação de insegurança alimentar?
- 03) Quais as ações desenvolvidas no sentido de melhorar a condição alimentar dos agricultores familiares que recebem benefício do PBF?
- 04) Quais os principais problemas alimentares identificadas nas famílias rurais beneficiadas pelo PBF?
- 05) Quais vitaminas ou nutrientes mais deficientes nestes casos?
- 06) Existem casos onde a alimentação incorreta (falta de acesso ou maus hábitos) pode acarretar a insegurança alimentar?
- 07) Quais as implicações que uma alimentação inadequada causa?
- 08) Quais os alimentos que tem produção deficiente no município de Camargo-RS?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com os agricultores beneficiários do PBF

- 1) Qual a origem da família?
- 2) Qual é o tamanho de sua propriedade?
- 3) A família é constituída por quantos membros?
- 4) Quantos membros trabalham na propriedade?
- 5) Quantos membros são atendidos pelo PBF?
- 6) São atendidos por outros programas assistenciais?
- 7) Quais os tipos de produtos produzem?
- 8) Quais os tipos de alimentos são adquiridos?
- 9) Quais as prioridades de gasto do benefício?
- 10) Quantas variedades de alimentos são servidas em cada refeição?
() Mais de quatro; () Entre duas e quatro; () Menos de duas
- 11) Na sua avaliação a qualidade da alimentação servida é:
() Muito boa; () Boa; () Regular; () Ruim
- 12) A quantidade da alimentação servida é:
() Abundante; () Suficiente; () Insuficiente
- 13) Existe alguma perspectiva para sair do PBF?
- 14) O que mudou depois de ser beneficiado pelo PBF?
- 15) O que acha das condicionalidades do PBF?
- 16) O benefício pago corresponde a quanto dos gastos totais com alimentação?
- 17) Quais as exigências para participar do PBF?
- 18) Qual o processo para receber o benefício do PBF?
- 19) Quais as principais vantagens de participar do Programa?
- 20) Como se dá a fiscalização das condicionalidades?
- 21) O que sugere para aprimorar o Programa? O que poderia ser mudado?
- 22) Quantas refeições são feitas no dia atualmente? E antes do Programa quantas eram feitas?
- 23) Quais os alimentos são consumidos pela família?